

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA CAMPUS SÃO BORJA/RS**

**MILENA DORNELES RODRIGUES**

**POBREZA MULTIDIMENSIONAL E FAMÍLIAS: UMA ANÁLISE PARA AS  
POLÍTICAS DE ENFRENTAMENTO**

**São Borja/RS  
2019**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA SOCIAL CAMPUS SÃO BORJA/RS**

**MILENA DORNELES RODRIGUES**

**POBREZA MULTIDIMENSIONAL E FAMÍLIAS: UMA ANÁLISE PARA AS  
POLÍTICAS DE ENFRENTAMENTO**

Monografia apresentado ao Curso de  
Serviço Social, como parte dos requisitos  
necessários à obtenção do título de  
Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Profa. Dra. Rosilaine  
Coradini Guilherme

São Borja/RS  
2019

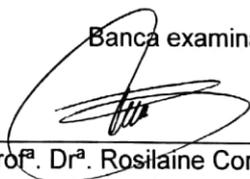
**MILENA DORNELES RODRIGUES**

**POBREZA MULTIDIMENSIONAL E FAMÍLIAS: UMA ANÁLISE PARA AS  
POLÍTICAS DE ENFRENTAMENTO**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Curso de Serviço Social  
da Universidade Federal do Pampa, como  
requisito parcial para obtenção do Título  
de Bacharel em Serviço Social.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 03/12/2019

Banca examinadora:



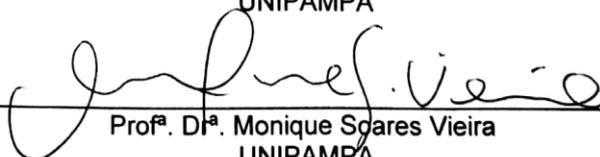
---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Rosilaine Coradini Guilherme  
Orientador  
UNIPAMPA



---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Elisangela Maia Pessoa  
UNIPAMPA



---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Monique Soares Vieira  
UNIPAMPA

*Dedico esse trabalho, de forma especial ao meu irmão, Bernardo Giovani Dorneles Rodrigues (In memoriam), pela troca de afeto e ensinamentos sobre ser humano, sensível e crítico. Á você, meu eterno e mais profundo amor.*

## Agradecimentos

Agradeço primeiramente à Deus e o Universo por contribuírem com a realização do sonho da graduação.

Agradeço à minha família que me deu todo suporte necessário para que o a graduação se desenvolvesse de forma leve e tranquila. Em especial, meu pai João Vainer Dias Rodrigues, que me fez valorizar a educação, o ensino-aprendizagem como fonte principal de evolução.

A minha mãe, Santa Terezinha Dorneles Rodrigues, que sempre esteve presente, contribuindo através de palavras e atitudes, com seu carinho e amor.

A minha irmã, Alice Dorneles Rodrigues, por estar comigo até mesmo quando eu não estava.

Ao meu irmão, Bernardo Giovani Dorneles Rodrigues (*In memoriam*), aquele que me fez ter mais vontade, mais sonhos e mais garra para concretizar esse nosso sonho. Aquele que ensinou-me sobre força e perseverança mas também, sensibilidade, equilíbrio e afeto, me fazendo acreditar com confiança que o amor supera qualquer distância e barreira.

Agradeço as minhas colegas e amigas, Ana Carolina Vaz dos Santos, por quem possuo muito carinho, és, sem dúvidas um grande presente da graduação. Vanessa Soares Patta, contigo aprendi sobre sensibilidade mas também força e atitude. Rafaela Campos e Rubya Garcia, obrigada pelas trocas, pela amizade e afeto nesses quatro anos.

As minhas amigas, Raieli Ciscato Bressan, que desde sempre esteve comigo, pelo apoio, lealdade e amizade de sempre. Bruna Wesner Lemos, gratidão pela presença, por toda confiança que me depositas.

A todos/as professores/as que passaram pelo meu caminho, todos/as de alguma forma contribuíram para que minha criticidade e reflexão acerca dos mais variados temas e fenômenos que desenvolvessem-se em sociedade.

Agradeço de forma especial a profa Rosilaine Coradini Guilherme, orientadora do presente trabalho, por quem possuo profunda admiração. Agradeço por sempre se mostrar solícita, generosa e paciente acerca das mais

variadas inquietações que possuo, sem você esse processo não seria o mesmo, pois contigo aprendi que é necessário e possível sempre buscar mais.

Aos demais, todos/as aqueles que estiveram presentes em minha vida, que fortaleceram a ideia de que esse momento seria possível. O apoio e incentivo foi fundamental para que essa etapa fosse concluída, por isso, minha eterna e sincera gratidão.

O essencial é saber ver;  
Saber ver sem estar a pensar,  
Saber quando se vê  
E nem pensar quando se vê  
Nem ver quando se pensa.  
Mas isso (tristes de nós que  
trazemos a alma vestida!)  
Isso exige um estudo profundo,  
uma aprendizagem de desaprender.  
(*Poema*, Pessoa, 2006, p. 63)

## Resumo

O presente Trabalho de Conclusão do Curso (TCC) em Serviço Social, teve como objeto de estudo a pobreza multidimensional, ou seja, a pobreza para além da renda monetária, buscando desvendar como este fenômeno se manifesta em sociedade. O objetivo principal do estudo consiste em apreender como as famílias usuárias dos serviços do Centro de Formação Teresa Verzeri – São Borja/RS vivenciam a pobreza, tendo em vista contribuir para a ampliação das discussões sobre o fenômeno, assim como para a criação de estratégias que visem o seu enfrentamento. Esta pesquisa partiu de inquietação da pesquisadora frente o fenômeno da pobreza e como a mesma se manifesta de diversas formas e intensidades na sociedade, pelo viés da multidimensionalidade. Como caminho para o conhecimento, o estudo fundamentou-se no método materialista histórico e dialético, no qual evidencia-se as suas categorias centrais: totalidade, mediação e contradição. Trata-se de uma pesquisa qualitativa de cunho exploratório e documental, a qual teve a coleta de dados por meio de roteiro norteador e quadro síntese. Referente aos resultados do estudo realizado, evidenciou que a pobreza ultrapassa uma única dimensão, ou seja, a renda. É também ausência de inúmeras questões como a educação, saúde, lazer, trabalho formal, habitação, entre outros. Percebeu-se também que o Estado se faz enquanto provedor de direitos, no entanto, existem inúmeras lacunas quando trata-se de suas efetivações. Nesse sentido, observa-se a necessária produção acerca das temáticas relacionadas a pobreza, pois, acredita-se que a mesma se faz presente nos diferentes espaços ocupacionais do profissional de Serviço Social. Por fim, ao final do estudo, entende-se que foi possível apreender como as famílias usuárias dos serviços do CFTV vivenciam a pobreza e a mesma se evidenciou de formas distintas e intensidades, refletindo na pobreza e extrema pobreza, bem como, na negação de inúmeros direitos que deveriam estar garantidos conforme consta na Constituição Federal de 1988.

**Palavras-chave:** Pobreza. Famílias. Políticas Sociais Públicas.

## **Abstract**

The present Final Paper of the Course (TCC) in Social Work, had as object of study the multidimensional poverty, that is, the poverty beyond the monetary income, trying to unveil how this phenomenon manifests itself in society. The main objective of the study is to understand how families who use the services of the Teresa Verzeri Training Center - São Borja / RS experience poverty, in order to contribute to the broadening of discussions about the phenomenon, as well as to the creation of strategies that aim at their coping. This research started from the researcher's concern about the phenomenon of poverty and how it manifests itself in various forms and intensities in society, through the bias of multidimensionality. As a way to knowledge, the study was based on the historical and dialectical materialist method, which shows its central categories: totality, mediation and contradiction. It is a qualitative research of exploratory and documentary nature, which had the data collection through guiding script and synthesis table. Referring to the results of the study, it showed that poverty goes beyond a single dimension, that is, income. It is also the absence of countless issues such as education, health, leisure, formal work, housing, among others. It was also realized that the state is acting as a provider of rights, however, there are numerous gaps when it comes to its effectiveness. In this sense, there is the necessary production on the themes related to poverty, because it is believed that it is present in the different occupational spaces of the Social Work professional. Finally, at the end of the study, it is understood that it was possible to understand how families using CFTV services experience poverty and it was evidenced in different ways and intensities, reflecting on poverty and extreme poverty, as well as the denial of numerous rights that should be guaranteed as stated in the Federal Constitution of 1988.

**Palavras-chave:** Poverty. Families. Public Social Policies

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social  
CFTV – Centro de Formação Teresa Verzeri  
CRAS – Centro de Referência da Assistência Social  
CREAS – Centro de Referência Especializado da Assistência Social  
ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
PNAS – Política Nacional de Assistência Social  
RS – Rio Grande do Sul  
SB – São Borja  
SUAS – Sistema Único de Assistência Social  
UNIPAMPA – Universidade Federal do Pampa

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1 - Composição dos membros familiares  
Quadro 2 - Profissão/ocupação dos membros familiares  
Quadro 3 - Tipo e condições de moradia das famílias  
Quadro 4 - Equipe técnica e pedagógica CFTV – São Borja/RS.  
Quadro 5 - Equipe de suporte CFTV – São Borja/RS.

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 - Renda dos membros familiares

## **LISTA DE GRÁFICOS**

Gráfico 1 - Direitos e/ou políticas sociais acessadas pelas famílias usuárias do CFTV – São Borja/RS.

Gráfico 2 - Benefícios e/ou programas sociais acessados pelos membros familiares usuários do Centro de Formação Teresa Verzeri – São Borja/RS.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>2 ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA.....</b>	<b>14</b>
2.1 Método e categorias explicativas da realidade.....	16
2.2 Tipo de Pesquisa, coleta e análise dos dados.....	17
<b>3 POBREZA, ESTADO E POLÍTICAS SOCIAIS PÚBLICAS.....</b>	<b>21</b>
3.1 Pobreza: aspectos históricos e conceituais.....	22
3.2 A desresponsabilização do Estado frente às Políticas Sociais Públicas.....	29
3.3 Modelo Protetivo Familista e a Política Pública de Assistência Social.....	35
<b>4 AS MANIFESTAÇÕES DA POBREZA VIVENCIADAS PELAS FAMÍLIAS USUÁRIAS DO CENTRO DE FORMAÇÃO TERESA VERZERI SÃO BORJA/RS .....</b>	<b>43</b>
4.1 O Centro de Formação Teresa Verzeri – São Borja/RS: uma breve contextualização.....	43
4.2 A Pobreza e modos/condições de vida das famílias usuárias do Centro de Formação Teresa Verzeri – São Borja/RS.....	47
4.3 Fortalecimento aos usuários: um agir necessário a âmbito de estratégias profissionais.....	62
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>74</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>78</b>
<b>APÊNDICE.....</b>	<b>82</b>
Apêndice 1 .....	82
Apêndice 2.....	83

## 1. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa abordará a respeito do fenômeno da pobreza, buscando compreender quais seus impactos em sociedade e como a mesma se manifesta nas famílias usuárias da Instituição Centro de Formação Teresa Verzeri – São Borja/RS. Entende-se que a pobreza se expressa de diferentes formas e intensidades na sociedade capitalista, ultrapassando o viés unidimensional, ou seja, somente pela renda monetária, nesse sentido “não se caracteriza apenas pelo não acesso a bens, mas é categoria política que se traduz pela carência de direitos, de oportunidades, de informações, de possibilidades e de esperanças” (YAZBEK, 2012, p. 290).

A pobreza é caracterizada em dois níveis, relativa e absoluta, a primeira, é descrita enquanto situação em que o sujeito, quando comparado a outros, tem menos de algum atributo desejado, seja renda, sejam condições favoráveis de emprego ou poder. Já a pobreza absoluta é aquela em que os sujeitos se encontram com o mínimo necessário para sua sobrevivência, essa se manifesta de diversas formas, seja na alimentação, vestuário, no não acesso a políticas sociais, etc. Ou seja, a pobreza relativa é quando o sujeito se encontra desigual aos demais, já a absoluta é aquela que o sujeito tem o básico, o quase nada (MARX, 2013).

A partir disso, percebe-se que tal fenômeno faz parte da vida cotidiana da grande maioria das famílias brasileiras, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010) considera pobres aquelas famílias com rendimento mensal *per capita* de até  $\frac{1}{2}$  salário mínimo e em situação de extrema pobreza aquelas que vivem com rendimento de até  $\frac{1}{4}$  de salário mínimo *per capita*. Esse índice tem se registrado ainda mais intenso nos últimos anos, tais decadências podem ser atribuídas ao efeito de descaso do Estado sobre a população, tendo em vista que, existem políticas públicas de transferência de renda implementadas nos últimos anos, porém, elas não são efetivadas conforme são previstas em leis e regulamentos, como por exemplo o Programa Bolsa Família e Benefício de Prestação Continuada.

Dessa forma, entende-se a necessidade de se debater sobre tal temática visando ampliar discussões sobre a pobreza e contribuir com a sociedade, bem como a categoria profissional de Assistentes Sociais, no sentido de se propor estratégias de enfrentamento da pobreza enquanto expressão da questão social, sendo essa o objeto de trabalho do profissional de Serviço Social.

Nesse sentido, o presente estudo se desenvolve a partir do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pampa, as motivações se deram por acreditar no necessário debate acerca da pobreza, haja vista que muitos usuários que acessam as Políticas Sociais Públicas encontram-se em tal situação. Nesse sentido, percebe-se a necessária apreensão do fenômeno para que se efetive uma possível intervenção propositiva por parte do profissional Assistente Social.

Para desenvolvimento do presente trabalho elaborou-se o seguinte problema de pesquisa: Como as famílias usuárias do Centro de Teresa Verzeri – São Borja/RS vivenciam a pobreza? Nesse sentido, para buscar apreender tal questionamento, a pesquisa possuiu como objetivo geral apreender como as famílias usuárias dos serviços do Centro de Formação Teresa Verzeri – São Borja/RS vivenciam a pobreza, tendo em vista contribuir para a ampliação das discussões sobre o fenômeno, assim como para a criação de estratégias que visem o seu enfrentamento.

Já com relação aos objetivos específicos, foram formulados os seguintes: sistematizar os dados socioeconômicos das famílias atendidas pelo Centro de Formação Teresa Verzeri – São Borja/RS, a fim de dar visibilidade para suas condições e modos de vida; Conhecer quais as manifestações da pobreza são vivenciadas pelas famílias usuárias do Centro de Formação Teresa Verzeri – São Borja/RS, no sentido de explicitar as múltiplas dimensões do fenômeno; Analisar quais as estratégias desenvolvidas pela Instituição diante as demandas evidenciadas pelas famílias em prol do seu fortalecimento.

Para a fundamentação teórica deste trabalho, serão discutidas temáticas relacionadas a pobreza sob aspectos históricos e conceituais, visando apreender a pobreza na sociedade capitalista, ao Estado e sua ausência quando trata-se de garantia e legitimação de direitos sociais e as políticas públicas, com recorte à Política de Assistência Social, trazendo reflexões e fundamentação teórica acerca do modelo protetivo familista. Nesta perspectiva, pretende-se refletir sobre a pobreza em suas multidimensões e a ausência do Estado quando trata-se das Políticas Sociais Públicas. Por isso, Identifica-se a necessidade de discussão e debate do presente estudo por envolver diretamente o trabalho dos assistentes sociais frente aos desdobramentos tão presentes em suas atuações, haja vista que a pobreza se faz um objeto histórico de intervenção profissional, ora que desde a gênese da profissão, este fenômeno se faz enquanto expressão da questão social.

Dessa forma, acredita-se que a temática aqui desenvolvida tem como objetivo acrescentar conhecimento acerca da pobreza, bem como romper com estigmas criados e desenvolvidos em sociedade para ampliar e fortalecer discussões sobre o tema, buscando desconstruir preconceitos e auxiliar em uma possível compreensão de que a mesma não se faz enquanto um fenômeno particular tão pouco deve ser superado no âmbito individual.

Acredita-se que o papel do Estado se faz enquanto principal e primeira instância para garantia e efetivação de direitos, por isso, possui sua responsabilidade frente aos sujeitos em sociedade. Possui também relevância para o Centro de Formação Teresa Verzeri – CFTV, tendo em vista que a pesquisa pode contribuir para as ações que poderão estarem sendo desenvolvidas, sob um olhar mais sensível acerca da pobreza.

Assim, cabe destacar que a profissão do/da Assistente Social é de resistência frente as desigualdades sociais, dito isso, acredita-se assim que o profissional se apropriando dessa postura de enfrentamento também possibilita reflexões juntamente de seus usuários acerca de diferentes temáticas, aqui em especial sobre a pobreza. Cabe elencar que ela se configura enquanto uma das expressões da questão social, objeto histórico de intervenção profissional do Assistente Social, o que se pode afirmar como temática de extrema relevância para categoria profissional.

No que se refere ao meio acadêmico, ampliar conhecimentos torna-se fundamental, também para os sujeitos se reconhecerem política e socialmente, acredita-se que discussões sobre a pobreza devem ser realizadas e desenvolvidas antes mesmo da atuação profissional, visando uma intervenção crítica quando encontrarem-se no exercício profissional.

Neste sentido, o presente trabalho encontra-se organizado em quatro capítulos, sendo o primeiro a Introdução, que traz como a presente pesquisa está estruturada e de forma sintetizada as principais discussões presentes. O segundo capítulo tece a respeito dos aspectos metodológicos da pesquisa, ou seja, o método e categorias explicativas da realidade, o tipo de pesquisa utilizada e considerações a respeito da coleta e análise dos dados. Já o terceiro capítulo o referencial teórico que abarca discussões e considerações acerca da pobreza, seu contexto histórico e como a mesma impacta na vida dos sujeitos inseridos em sociedade, logo discute as contribuições e desafios postos a âmbito do Estado direcionando-se às Políticas

Públicas Sociais, com foco na Política de Assistência Social. Também trata aspectos em âmbito do Serviço Social na atuação e materialização dos objetivos da profissão.

No quarto capítulo serão apresentados os dados da pesquisa aqui desenvolvida, onde buscou-se analisar questões acerca das manifestações da pobreza vivenciada pelas famílias usuárias dos serviços do Centro de Formação Teresa Verzeri – São Borja/RS. Nesse sentido, primeiro buscou-se trazer aspectos da instituição em que se coletou os dados, logo após os modos e condições de vida das famílias usuárias dos serviços do Centro de Formação Teresa Verzeri – São Borja/RS, ao final, as estratégias desenvolvidas pela Instituição visando o fortalecimento aos usuários. Ademais, as considerações finais que se obteve do presente estudo, as potencialidades e desafios de seu desenvolvimento.

## 2. ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

O presente capítulo tem como objetivo apresentar o processo metodológico da pesquisa aqui desenvolvida, evidenciando o método utilizado bem como o tipo de pesquisa, a metodologia escolhida para a elaboração da coleta e seus procedimentos, análise e interpretação dos dados.

No presente estudo a metodologia é entendida como “o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade” (MINAYO, 2009, p. 16). Cabe aqui ressaltar a importância da metodologia para o processo de desenvolvimento da pesquisa, sua elaboração e construção para análise da realidade, sendo que ela oportuniza novos conhecimentos acerca da realidade concreta.

De acordo com Silva (2009), a partir dos anos de 1990 a pesquisa que então não era tão presente na academia científica passa a ser vista com olhar mais atento e torna-se instrumento importante na formação dos acadêmicos e profissionais. Ou seja, a pesquisa é um dos instrumentos que propicia apreensão da realidade e rompimento com o aparente que se dá por imediato na realidade.

Pode-se perceber que a pesquisa vem ao encontro de possibilitar uma formação com capacitação, ao que tange a área acadêmica, fato esse que auxilia no exercício profissional qualificado, interventivo e investigativo. Também contribui para a ampliação do patrimônio intelectual e de produção de conhecimento para o Serviço Social e áreas afins. Acredita-se que a pesquisa ultrapasse o âmbito meramente executivo e/ou de coordenação de programas, projetos etc. É um processo rico em possibilidades, vivências e conhecimentos tanto do pesquisador como do/a participante da pesquisa, aos quais se possibilita desvendar a realidade do objeto pesquisado e possibilitar conhecimento acerca do objeto de estudo. Assim, desenvolvendo o caráter investigativo da profissão, esse que é constitutivo de grande parte das competências profissionais e atribuições privativas do Assistente Social (FORTI; GUERRA, 2009).

De acordo com Forti; Guerra (2009), para atender tais competências e atribuições é necessário ressaltar as possibilidades da pesquisa, tendo em vista que de um lado, apresentam-se as reais condições de trabalho do/a assistente social, assim expressando a qualidade dos serviços prestados, de outro lado, apresenta as contradições, as sequelas da exploração do trabalho, suas condições de vida e enfrentamentos possíveis. Aqui se evidencia a dificuldade de desenvolvimento do

trabalho do assistente social, visto que está inserido na ordem capitalista e ainda que lute contra o sistema vigente, é trabalhador e para sua sobrevivência precisa vender a sua força de trabalho.

Sendo assim, por tais dificuldades de enfrentamento, de atuação e resistência é que a pesquisa se faz tão importante, pois é com ela que se pode adquirir conhecimento, e esse se faz essencial frente atuação profissional. Para intervir é necessário conhecer, para que seja possível realizar uma intervenção profissional qualificada. Cabe ressaltar que o conhecimento não se esgota, ele se faz provisório e histórico, ou seja, depende do tempo, do espaço sociocultural em que está inserido e do período em que está se desenvolvendo (FORTI; GUERRA, 2009).

Ainda, a pesquisa se faz necessária, pois é a partir dela que se desenvolverá um processo de investigação, interpretação e desvendamento do objeto pesquisado. Sendo assim, “para bem conhecer, é necessário um trabalho intelectual: preparo, formação, habilidades e competência” (FORTI; GUERRA, 2009, p. 8). Percebe-se a necessidade da busca pela pesquisa no âmbito profissional e acadêmico, para que possibilite um agir crítico e propositivo do profissional assistente social bem como analisar as demandas dos usuários com sensibilidade.

Considerando tais pressupostos, a presente pesquisa se pautou pelo seguinte questionamento: como as famílias usuárias do Centro de Teresa Verzeri – São Borja/RS vivenciam a pobreza? De maneira alinhada ao problema de pesquisa o objetivo geral do estudo consistiu em apreender como as famílias usuárias dos serviços do Centro de Formação Teresa Verzeri – São Borja/RS vivenciam a pobreza, tendo em vista contribuir para a ampliação das discussões sobre o fenômeno, assim como para a criação de estratégias que visem o seu enfrentamento. Ademais, os objetivos específicos tornaram-se expressos em sistematizar os dados socioeconômicos das famílias atendidas pelo Centro de Formação Teresa Verzeri – São Borja/RS, a fim de dar visibilidade para suas condições e modos de vida; Conhecer quais as manifestações da pobreza são vivenciadas pelas famílias usuárias do Centro de Formação Teresa Verzeri – São Borja, no sentido de explicitar as múltiplas dimensões do fenômeno; Analisar quais as estratégias desenvolvidas pela Instituição diante as demandas evidenciadas pelas famílias em prol do seu fortalecimento. O capítulo 5 refere-se as considerações finais do trabalho desenvolvidos, os principais achados da pesquisa e as contribuições que a pesquisadora obteve ao longo do processo de construção. Por fim, as referências

utilizadas para o desenvolvimento da pesquisa e por último, os anexos que auxiliaram para a coleta dos dados apresentados neste trabalho.

## 2.1. Método e categorias explicativas da realidade

O presente estudo optou pelo método dialético crítico como referencial para a sua realização, investigação e análise da realidade. Dessa forma, a pesquisa foi desenvolvida a partir do materialismo dialético e utilizou-se sob a perspectiva de três categorias nucleares, totalidade, contradição e mediação.

Articulando estas três categorias nucleares – a totalidade, a contradição e a mediação –, Marx descobriu a perspectiva metodológica que lhe propiciou o erguimento do seu edifício teórico. Ao nos oferecer o exaustivo estudo da “produção burguesa”, ele nos legou a base necessária, indispensável, para a teoria social (NETTO, 2009, p. 797).

Cabe ressaltar a importância de cada categoria aqui evidenciada, tendo em vista que cada uma delas tem papel fundamental para melhor compreensão dos fenômenos e como eles se desenvolvem em sociedade. Para que seja possível compreender a realidade são necessários conhecimentos de aspectos abstratos e jamais conhecimentos adquiridos somente sob a apreensão dos fatos de forma isolada e que buscam conhecer a realidade em si mesma. Nesse sentido o autor conceitua totalidade como,

Realidade como um todo estruturado, dialético, no qual ou do qual um fato qualquer (classes de fatos) pode vir a ser racionalmente compreendido. Acumular todos os fatos não significa ainda conhecer a realidade; e todos os fatos (reunidos em seu conjunto) não constituem, ainda, a totalidade (KOSIK, 1976, p. 35-36).

Portanto, é necessário ter consciência de que realidade é totalidade concreta quando cada fato ou conjunto de fatos são vistos sob a perspectiva de possuírem conexões estruturais que os dão significados. Caso contrário, quando não é feito tal exercício de interligação entre fatos e estrutura o “conhecimento da realidade concreta não passa de mística, ou a coisa incognoscível em si” (KOSIK, p. 36, 1976). Dessa forma, compreender a pobreza em sua totalidade é fundamental na presente

pesquisa, haja vista que se faz necessária a compreensão de como as determinações e dimensões estão interligados para que seja feita a análise da realidade, essas que se caracterizam como um processo em constante mudança e compreensão do todo, é onde a mutualidade entre todas as realidades que constitui o todo acontece (KONDER, 2008). Sendo assim, a categoria totalidade permitiu que se evidenciasse cada processo social envolvido na pesquisa, seja em âmbito de vida dos usuários, na instituição em questão ou na pobreza vivenciada do cotidiano das famílias usuárias dos serviços da Instituição.

A categoria mediação oportuniza a construção e reconstrução do objeto de análise, tendo em vista seu desvendamento e transformação, possibilitando um agir profissional mais crítico, interventivo e propositivo. Haja vista que a categoria mediação consiste na análise do real através de conhecê-la e buscar desvendá-la. Para além disso, ela também é composta por existir um processo de reflexão acerca dos fatos não de maneira isolada, mas parte de um complexo social (PONTES, 2009). Dessa forma, acredita-se que a mediação tende a contribuir nos conhecimentos sobre a pobreza e como ela expressa-se no cotidiano das famílias usuárias do Centro de Formação Teresa Verzeri – CFTV relacionando com as aspectos estruturais e conjunturais que permeiam a realidade concreta.

A contradição segundo Turck (2012, p.13), “[...] é a força motriz (CxT) que provoca o movimento de transformação instigando a partir da luta dos contrários, os processos de mudanças, devir na realidade dos sujeitos”. Acredita-se que a contradição possibilita compreender o agir profissional de maneira concreta, tendo em vista que a realidade não se mostra de forma direta e imediata, se faz necessárias sucessivas aproximações para a apreensão e compreensão do objeto de estudo. Para isso, cabe a negação do aparente exposto apresentado, tal negação configura-se a contradição, compreendendo que o fenômeno ali presente é mais do que o apresentado e necessita de desvendamentos para sua maior compreensão. Deste modo, a categoria contradição permite que se desvele as origens da pobreza, ou seja, de que a mesma é intrínseca ao modo de produção capitalista, o qual ao mesmo tempo que gera riqueza – sendo essa apropriada privadamente – também gera a pobreza da classe trabalhadora.

## 2.2 Tipo de Pesquisa, Coleta e análise dos dados

No presente estudo optou-se pela pesquisa do tipo qualitativa, cuja natureza se constitui como exploratória, este tipo de natureza tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. A grande maioria dessas pesquisas envolve: (a) levantamento bibliográfico; (b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e (c) análise de exemplos que estimulem a compreensão (GIL, 2007). Essa escolha se deu por compreender que tem como objeto central a indagação ao que se está sendo analisado, compreendendo suas particularidades e subjetividades, bem como, analisando a totalidade dos fenômenos que envolvem o objeto pesquisado, não como fato isolado com um fim em si mesmo. Por sua vez,

a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se ocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como uma parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes (MINAYO, 2009, p. 21).

Entende-se que a pesquisa qualitativa pode ser utilizada por diferentes áreas, profissionais, acadêmicos, entre outros. Deste modo, ela contribui para maior apreensão da realidade mediante coleta de dados qualitativos, logo, possibilita com o rompimento do aparente que se expressa de imediato na realidade, através da utilização do método dialético crítico.

[...] a pesquisa se insere como *um ingrediente imprescindível* para o profissional mirar a realidade, dialogar criticamente com ela, produzir um conhecimento sobre esse processo – ainda que sempre inexato e inacabado – e subsidiar alternativas viáveis para serem praticadas (SILVA, 2009, p. 290).

Sendo assim, a busca e a reconstrução da mediaticidade, do não aparente, é passo necessário para explicitar o fenômeno na sua totalidade, visto que está se coloca como uma categoria essencial para subsidiar a compreensão da realidade via o método marxiano da dialética materialista. Esse último permite a análise da sociedade sob a perspectiva de abarcar a realidade nas suas múltiplas manifestações,

onde nenhum aspecto da sociedade está isolado e com um fim em si mesmo (SILVA, 2009).

Em busca do rompimento da mediaticidade e do pragmatismo, percebe-se a necessária busca de contribuições de técnicas e instrumentos que contribuam para que as categorias se configurem na realidade dialética de forma contínua e em consonância, onde uma não se desliga da outra. Dessa forma, acredita-se que o movimento dialético diz respeito também a pensar e planejar ações de pesquisa as quais se fundamentem na contribuição e transformação da realidade, do objeto pesquisado bem como do/a pesquisador/a, como um todo articulado sem um fim em si mesmo.

Técnicas e instrumentos são elementos fundamentais de uma pesquisa, as técnicas indicam o agrupamento das ferramentas necessárias para a coleta de dados, e os instrumentos são os meios concretos pelos quais essas técnicas vão coletar os dados (LAKATOS; MARCONI, 2010). No caso da presente pesquisa, realizou-se pesquisa documental tendo como recorte o período de um ano. Os instrumentos utilizados foram roteiro norteador<sup>1</sup> e quadro síntese<sup>2</sup>, tendo como fonte as fichas de visitas domiciliares realizadas pela assistente social no primeiro semestre do ano de 2019 do Centro de Formação Teresa Verzeri. Também se utilizou como fonte o Relatório Anual de Atividades de 2018 da referida Instituição, considerando que o Plano de 2019 foi executado somente em 2020, com intuito de analisar quais são as estratégias utilizadas pelo Centro de Formação Teresa Verzeri em vistas do fortalecimento das famílias usuárias acerca da pobreza.

O levantamento dos dados se deu através da análise de documentos, sendo assim, conforme Lakatos;Marconi (2010), é passo necessário analisar minuciosamente todas as fontes documentais que poderão contribuir no processo da coleta de dados. Essas investigações se estruturam em dois aspectos: documentos e contatos diretos, dentre eles os principais tipos de documentos envolvem fontes primárias e fontes secundárias. A presente análise utilizou-se como suporte fontes primárias, essas que são “[...] dados históricos, bibliográficos e estatísticos; informações, pesquisas e material cartográfico; arquivos oficiais e particulares; registros em geral; documentação pessoal (diários, memórias, autobiografias); correspondência pública ou privada etc.” (LAKATOS; MARCONI, 2010, p. 159).

<sup>1</sup> Consta no anexo

<sup>2</sup> Consta no anexo

A ideia que se levou em consideração é de que no Relatório Anual e Ficha de Visita Domiciliar aliada ao levantamento bibliográfico sobre as produções que já existem sobre o tema em questão corroborem para uma análise mais precisa e condizente aos objetivos do estudo. Considerando que a presente pesquisa se constituiu como documental, o universo foi composto pelos documentos: ficha de visita domiciliar do Centro de Formação Teresa Verzeri - São Borja-RS, bem como o Relatório anual também da Instituição referida. Importante esclarecer que o universo se constitui,

Um conjunto definido de elementos que possuem determinadas características. Comumente fala-se de população como referência ao total de habitantes de determinado lugar. Todavia, em termos estatísticos, pode-se entender como amostra o conjunto de alunos matriculados numa escola, os operários filiados a um sindicato, os integrantes de um rebanho de determinada localidade, o total de indústrias de uma cidade ou a produção de televisores de uma fábrica em determinado período (GIL, 2007, p. 100).

Já a amostragem<sup>3</sup> se classificou do tipo intencional, referente aos documentos, considerando o universo. Os dados a serem analisados foram referentes às famílias dos usuários que ingressaram no ano de 2019, tendo em vista que as demais informações não são disponibilizadas pela Instituição, ou seja, se encontram arquivadas e armazenadas na Mantenedora do Centro de Formação Teresa Verzeri, essa que fica localizada em Porto Alegre/RS. A amostra foi do tipo não probabilística intencional, com critérios baseados no perfil descrito acima.

Os critérios de escolha se deram pelas fichas de visitas domiciliares das famílias que são usuárias dos serviços do Centro de Formação a partir do ano de 2019, tal escolha se deu pelo fato de somente as fichas do ano de 2019 estarem sendo disponibilizadas pela Instituição, visto que as demais fichas e informações sobre os usuários são arquivadas e armazenadas na Mantenedora do Centro de Formação Teresa Verzeri, essa que fica localizada em Porto Alegre/RS. O recorte temporal para a coleta das informações envolveu o primeiro semestre de 2019. A metodologia da presente pesquisa não oferece riscos, pois não envolve sujeitos/participantes. Destaca-se, porém, que todos os dados sigilosos como nomes serão preservados no que se refere aos dados coletados a partir dos documentos que compõem a amostra da pesquisa, ou seja, serão utilizadas referências como Usuário A, Usuário B, etc.

<sup>3</sup> Subconjunto do universo ou da população, por meio do qual se estabelecem ou se estimam as características desse universo ou população. Uma amostra pode ser constituída, por exemplo, por cem empregados de uma população de 4.000 que trabalham em uma fábrica (GIL, 2007, p. 100).

Considerando tais definições no processo de coleta dos dados foram selecionadas vinte (20) fichas de visitas domiciliares /RS, o que equivale a 100%. O instrumento utilizado para tal coleta foi o quadro síntese. Já para o relatório anual utilizou-se o roteiro norteador a fim de contribuir com o processo de sistematização e apreensão dos dados coletados.

No que se refere ao processo de análise e interpretação dos dados coletados, no presente estudo a opção escolhida envolveu a análise de conteúdo que, conforme Bardin (1977) consiste em uma técnica de pesquisa que utiliza determinadas características metodológicas, sendo elas: objetividade, sistematização e inferência. Ela se expressa a através da leitura das falas, realizada através de entrevistas, depoimentos e/ou documentos. Os procedimentos são significativos que tem sentidos e intencionalidades. É mais utilizada em investigações qualitativas (GERHARDT; SILVEIRA, 2009). Na análise de conteúdo existem duas funções na aplicação dessa técnica, sendo a verificação de hipóteses e/ou questões, através da análise de conteúdo podemos extrair as informações para o objeto de estudo e também confirmar as hipóteses estabelecidas antes do trabalho realizado. E a descoberta do que está por trás dos conteúdos manifestos, ou seja, indo além do imediato e aparente. Essas duas funções podem se complementar na prática podendo ser utilizadas tanto na pesquisa qualitativa como quantitativa (MINAYO, 2009).

A partir da análise de conteúdo buscou-se desvendar questões que norteiam a pesquisa e a sua confirmação de concepções pré-estabelecidas sobre a temática, desta forma a análise de conteúdo contribui acerca dos desvendamentos que são possíveis analisar para além do conteúdo, de maneira a aprofundar o que está posto (MINAYO, 2009).

As fases cronológicas que caracterizavam a presente análise de conteúdo foram divididas em pré-análise, exploração do material, tratamento dos resultados obtidos e interpretação. Existiram três fases para essa análise, a primeira fase diz respeito à organização do material que está sendo analisado, definições de categorias, contextos, unidades etc; a segunda fase incide em aplicar o que foi definido na primeira, é a fase mais longa e que demanda inúmeras leituras do material; na terceira fase, é quando ocorre o desvendamento do objeto pesquisado (MINAYO, 2009).

### 3. POBREZA, ESTADO E POLÍTICAS SOCIAIS PÚBLICAS

O presente capítulo tem como objetivo aprofundar algumas categoriais teóricas – Pobreza, Estado e Políticas Sociais Públicas – fundamentais para o estudo mediante realização de um breve levantamento bibliográfico, o qual teve como recorte a produção vinculada a área das ciências sociais e humanas que se embasam epistemologicamente na teoria social crítica.

De modo específico, pretende-se inicialmente contextualizar histórica e conceitualmente aspectos sobre a configuração da pobreza e suas representações sociais, com destaque para a perspectiva multidimensional. Na sequência serão apresentadas algumas reflexões a respeito da atual tendência de desresponsabilização do Estado frente às políticas sociais públicas e, por fim, pretende-se dar visibilidade para o denominado modelo protetivo familista e a política pública de assistência social.

#### 3.1 Pobreza: aspectos históricos e conceituais

Tendo como recorte o território brasileiro, é possível referir que em meados dos anos governo de 1930 a partir do governo de Getúlio Vargas, se desenvolveu a urbanização e mobilização da classe operária. A partir disso, a questão social que antes era tratada como caso de polícia, passa a ser vista como responsabilidade do Estado e a importância da classe operária e seus direitos como trabalhadores passa a ser discutida dentro dele (YAZBEK, 2012).

Ao mesmo tempo em que o Estado começava a possibilitar visibilidade à classe operária, ele também começava a intervir nas atividades sindicais. No entanto, somente os trabalhadores urbanos que possuíam contrato formal de trabalho teriam o direito aos benefícios criados a partir da década de 1930. Com isso, os trabalhadores passam a ter um elo com Vargas e aos poucos começam a se render às legislações sindicais, como uma cidadania regulada (YAZBEK, 2012).

A partir da década de 1940, as formas de “atender” os pobres se modificam e evoluem passando de campanhas para higiene, fornecimento de filtros etc., para programas anunciados ao combate à pobreza. No âmbito da assistência social foram

criadas políticas para idosos, grupos vulneráveis, crianças e adolescentes entre outros (YAZBEK, 2012). Porém, os estigmas criados e desenvolvidos em sociedade tiveram e ainda tem dificuldades de se romper, conforme a autora aborda “[...] submersos numa ordem social que os desqualifica, marcados por clichês: ‘inadaptados’, ‘marginais’, ‘problematizados’ portadores de altos riscos, casos sociais [...]” (YAZBEK, 2012, p. 292).

Sendo assim, vale ressaltar que a pobreza é evidenciada e vivida de formas distintas pelos sujeitos, bem como, nos mais diversos lugares e espaços do mundo, o que não significa que ela não existe em determinados territórios, mas sim, que se expressa de diferentes modos, formas e intensidades. Conforme a autora aborda no Brasil, “a pobreza decorre em grande parte, de um quadro. Essa situação coloca o Brasil entre os países de maior concentração de renda do mundo” (SILVA, 2009, p. 156 apud YAZBEK, 2012 p. 290).

Já o autor Demo (2006), aborda tal discussão a partir da pobreza política, sendo essa, em sua opinião, a mais vivenciada pelos brasileiros, tendo em vista que ela se expressa para além da carência material, é também repressão ao acesso a oportunidades disponíveis em sociedade. Dessa forma, a pobreza é entendida como “repressão do acesso às vantagens e oportunidades sociais [...] é sempre, também, humilhação, degradação, subserviência, e não apenas fome ou coisa parecida” (DEMO, 2006, p.7).

O autor ainda refere que “Quem é pobre politicamente não descobre e tem direitos, porque continua esmoler; por vezes essa condição é tão drástica que o pobre parece pedir permissão para ter direitos, pois considera natural sua exclusão e até mesmo, por razões religiosas tortas, merecida” (DEMO, 2006, p. 34). Dessa forma, percebe-se a necessidade de se montar estratégias para romper com estigmas criados e muitas vezes praticados para que assim, seja possível se efetivar reflexões e estratégias de enfrentamento ao fenômeno em questão.

Em seus estudos a autora Yazbek (2012), também traz relevantes discussões sobre tal fenômeno, ou seja, desenvolve em sua obra as multidimensionalidades acerca da pobreza. Essa que vai além da renda monetária da população, assim faz com que ela seja considerada algo natural, que integra o cotidiano da sociedade. Portanto, para a autora a pobreza “[...] não se caracteriza apenas pelo não acesso a bens, mas é categoria política que se traduz pela carência de direitos, de

oportunidades, de informações, de possibilidades e de esperanças” (MARTINS apud YAZBEK, 2012, p. 209).

Nesta concepção, evidenciam-se condições de pobreza e vulnerabilidade associadas a um quadro de necessidades objetivas e subjetivas, onde se somam dificuldades materiais, relacionais, culturais que interferem na reprodução social dos trabalhadores e de suas famílias. Trata-se de uma concepção multidimensional de pobreza, que não se reduz às privações materiais, alcançando diferentes planos e dimensões da vida do cidadão (YAZBEK, 2012, p. 312).

Dessa forma, vê-se que a categoria pobreza em suas multidimensões assume um caráter que essencialmente se manifesta, de imediato, pela renda monetária, mas que também se afirmar enquanto ausência de condições e possibilidades na vida dos sujeitos em sociedade. Tais carências podem estar expressando-se em ausência e/ou dificuldades no acesso à educação, assistência, cultura, lazer, etc. contribuindo para que a parcela que vivencia tais condições possua maior dificuldade em acessá-las.

Em sua obra “O Capital” Marx (2013) aborda sobre a lei geral da acumulação capitalista, segundo a qual, no modo de produção capitalista, a produção da riqueza social implica, necessariamente, a reprodução contínua da pobreza sendo essa relativa ou absoluta. Conforme Netto; Braz “[...] a produção capitalista não é tão-somente produção e reprodução de mercadorias e de mais valia: é produção e reprodução das relações sociais” (2007, p. 136).

A pobreza (pauperização relativa ou absoluta) a relativa é descrita enquanto situação em que o sujeito, quando comparado a outros, tem menos de algum atributo desejado, seja renda, sejam condições favoráveis de emprego ou poder. Uma linha de pauperização relativa pode ser definida, por exemplo, calculando a renda *per capita* de parte da população. Já a pauperização absoluta é aquela em que os sujeitos se encontram com o mínimo necessário para sua sobrevivência, essa se manifesta de diversas formas, seja na alimentação, vestuário, no não acesso à educação etc. Ou seja, a pobreza relativa é quando o sujeito se encontra desigual aos demais, já a absoluta é aquela que o sujeito tem o básico, o quase nada (MARX, 2013).

Assim, percebe-se que quando se está acumulando, sujeitos estão inseridos em sociedade, caso isso não ocorra e os sujeitos não acumulem, suas relações tornam-se limitadas, isso diz respeito tanto ao acúmulo financeiro como suas relações em sociedade. Dessa forma, percebe-se assim que pobreza está diretamente

relacionada ao campo econômico sob as bases do modo de produção capitalista (MARX, 2013).

A pobreza é uma das expressões da questão social, essa que é o objeto de trabalho do profissional assistente social. A questão social se expressa entre o conflito de duas classes sociais, sendo elas, o capitalista que é aquele que detém os meios de produção e o trabalhador, aquele que só tem a oferecer a sua força de trabalho e é dependente do capital para sobreviver. O mediador entre esse conflito é o Estado, esse que não é neutro, sua função principal dentro do sistema capitalista vigente, é criar condições necessárias para o desenvolvimento da economia do mercado, como também, trabalha em prol de seus interesses que não são coletivos, eles incluem aqueles que detém o poder, os capitalistas. Dessa forma, contribuindo para que parte da sociedade seja prejudicada de diversas formas é a classe trabalhadora (COSTA, 2006). Conforme a autora aborda a questão social:

[...] Expressa, portanto, desigualdades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa amplos segmentos da sociedade civil no acesso aos bens da civilização. Dispondo de uma dimensão estrutural, ela atinge visceralmente a vida dos sujeitos numa 'luta aberta e surda pela cidadania' (Ianni, 1992), no embate pelo respeito aos direitos civis, sociais e políticos e aos direitos humanos. Esse processo é denso de *conformismos e rebeldias*, as expressando a consciência e a luta pelo reconhecimento dos direitos de cada um e de todos os indivíduos sociais. É nesse terreno de disputas que trabalham ao assistentes sociais (IAMAMOTO, 2001, p. 160; grifos da autora).

A partir disso, percebe-se a pobreza como fenômeno que faz parte da vida cotidiana da grande maioria das famílias brasileiras. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010) considera pobres aquelas famílias com rendimento mensal *per capita* de até  $\frac{1}{2}$  salário mínimo e em situação de extrema pobreza aquelas que vivem com rendimento de até  $\frac{1}{4}$  de salário mínimo *per capita*. Esse índice tem se registrado ainda mais intenso nos últimos anos, tais decadências podem ser atribuídas ao efeito de descaso do Estado sobre a população, tendo em vista que, existem políticas públicas de transferência de renda – como exemplo como por exemplo o Programa Bolsa Família e Benefício de Prestação Continuada – políticas implementadas nos últimos anos, porém, elas não são efetivadas conforme são previstas em leis e regulamentos.

A partir da década de 1990 no Brasil, as políticas públicas de transferência de renda passam a compor a principal estratégia no eixo da política de Assistência Social da atualidade. Nos anos 1990 o direcionamento do Estado passa a ter um determinado direcionamento a posturas restritivas, baseando-se na renda monetária para a fixação da linha de pobreza, assim, desenvolvendo ações fragmentadas e descontínuas, acirrando as expressões da questão social. Buscando manter a lógica de proteção social fragmentada e direcionada ao público dos “pobres dos mais pobres” cria-se o programa Bolsa Família sob a lei 10. 836, pelo ex presidente Luíz Inácio Lula da Silva, sendo o maior programa de transferência de renda do país (SILVA, 2013).

A partir disso, tais programas de transferência de renda possuem condicionalidades, ou seja, são focalizadas na seletividade dos “pobres dos mais pobres”, passam a ser implementadas no intuito de cumprir funções e alívio da pobreza. Para isso, desenvolvem-se programas focalizados de cunho superficial para amenizar a pobreza vivenciada pela população, em detrimento do que deveria ser um sistema de defesa e garantia de direitos universais (AZEVEDO; BURLANDY, 2010).

No Brasil, conforme Currello (2012), apesar dos avanços e retrocessos que caracterizaram a trajetória da política social desde suas origens até os dias atuais, as áreas de saúde, educação e assistência social, sobretudo, se desenvolveram no sentido da universalização dos serviços e na perspectiva de responsabilização do Estado pela sua efetivação, sendo em última instância, o responsável por assegurar um bem-estar mínimo a toda sociedade.

No entanto, o que ocorre são estratégias para o combate à pobreza extrema, como por exemplo, o Programa Bolsa Família – PBF, que atende famílias que se encontram em situação de pobreza e de extrema pobreza. Para seu acesso, dispõe-se de um critério, existe a necessidade de se ter um limite de renda para que seja possível acessar esse programa. Dessa forma, o programa é destinado para famílias que possuam renda de até R\$ 89,01 reais mensais por pessoa, no caso da extrema pobreza e famílias com renda de R\$178,00 mensais desde que possuam crianças e adolescentes de 0 a 17 anos de idade para que se encontram em situação de pobreza. Esse recorte leva em consideração o critério da renda monetária e somente ela, partindo de uma perspectiva unidimensional (BRASIL, 2019). Dessa forma, favorecendo a emergência de políticas focalizadas, possuindo critérios de

seletividade, ou seja, com ênfase nas regiões mais pobres, priorizando territórios e segmentos da população com alto índice de pobreza.

Também assim se configura o Benefício de Prestação Continuada – BPC, esse que diz respeito a um benefício de renda no valor de um salário mínimo destinado a pessoas com deficiência e/ou idosos de 65 anos ou mais que apresentam algum tipo de impedimento de longo prazo, seja ele mental, intelectual, sensorial e físico, desenvolvendo dificuldade na participação em sociedade.

Esse benefício é ofertado pelo governo federal para aqueles/as onde a renda familiar seja de até  $\frac{1}{4}$  de salário mínimo por pessoa. Vale ressaltar que BPC não é uma aposentadoria tampouco pensão, sendo assim, não dispõe do direito ao 13º pagamento, ele também não pode ser acumulado com outro benefício da seguridade social, como por exemplo, seguro desemprego, somente poderá acumular benefícios da assistência médica, pensões de natureza indenizatória e contrato de aprendizagem (BRASIL, 2019).

É possível afirmar que a característica das políticas sociais tem o objetivo de proteção aos sujeitos que se encontram em tal situação. Os serviços sociais no Brasil, no entanto, não são acessados por todos, o que faz com que as desigualdades sociais se intensifiquem e se agravem cada vez mais. Ainda na perspectiva em que as políticas são desenvolvidas, não há alteração alguma que possibilite novas oportunidades e possibilidades à sociedade. Com isso, a parcela mais pobre da população encontra inúmeras dificuldades em exercer e acessar seus direitos sociais constitucionalmente assegurados que, no entanto, permanecem no papel e não são viabilizados e executados conforme são previstos (CURRALERO, 2012).

Sob tal perspectiva, as famílias que vivenciam situação de pobreza, essas que assim como todos/as sujeitos inseridos em sociedade fazem parte do modo de produção capitalista, possuem papel importante dentro dessa sistema, haja vista que a família, de modo geral, “se conforma como espaço privado por excelência e como espaço privado, deve responder pela proteção social de seus membros” (BOSCHETTI, 2008, p. 133). Sendo assim, percebe-se que no capitalismo, o Estado retira sua responsabilidade e faz com que a família se reconheça como responsável para responder e solucionar suas demandas internas e externas, pessoais ou profissionais. Nesse contexto, faz com que os riscos aumentem aos sujeitos trabalhadores como também faz com que ocorra a desproteção de mulheres e crianças, entre outros.

Em suma, ainda que haja políticas, programas e projetos voltados ao combate à pobreza deve se pensar se tais estratégias estão sendo implementadas de forma intersetorial, ou seja, proporcionando um atendimento integral e em rede. Ainda, cabe avaliar se tais iniciativas estão alcançando seus objetivos previstos em leis, normas etc.

Outro fator importante a mencionar é a articulação com as demais políticas sociais, tendo em vista, a compreensão de pobreza em suas multidimensões, ou seja, afetando não somente na esfera econômica a sociedade que se encontra em condições de pobreza e demais vulnerabilidades, mas também em forma social e cultural, entre outros. Para que assim seja possível o rompimento de programas seletivos, fragmentados e superficiais, que apesar de contribuírem para população, são insuficientes para autonomia e cidadania plena dos sujeitos (YAZBEK,2012).

Dada a conjuntura atual, torna-se impossível não pensar a ameaça neoliberal que assombra e tem se consolidado e agravado cada vez mais o país, nesse cenário, ocorre processos de regressão dos direitos sociais e das políticas sociais, já que o modelo prevê a integração da sociedade a liberdade do capital financeiro. E, dessa forma, resulta na flexibilização das relações de trabalho e a redução da participação do Estado nas relações sociais. Neste sentido, no próximo subcapítulo pretende-se aprofundar sobre esta temática tendo como perspectiva tratar sobre a desresponsabilização do Estado frente às políticas sociais públicas e quais os rebatimentos na vida social da população brasileira.

### 3.2 A desresponsabilização do Estado frente às Políticas Sociais Públicas

O Brasil a partir dos anos de 1980, historicamente ficou conhecido como período da “década perdida”, onde se teve um país sem condições econômicas e políticas, que se mantiveram sob uma ótica de neutralidade frente às políticas neoliberais que se expandiam por toda a América Latina. A pobreza e a desigualdade social apresentaram grandes declínios com relação a sua diminuição, o grande crescimento econômico contribuiu para o simultâneo aumento da pobreza. Com isso, mudanças significativas passaram a ocorrer na sociedade, essencialmente, na vida do trabalhador, que passa a encarar o fenômeno, que anteriormente por alguns não era vivenciado com tanta intensidade, como por exemplo, parcelas de grupos de empregados como, professores, pequenos produtores etc.

Ou seja, a desigualdade passou a ser ainda mais evidenciada e com ela elevou-se o número da população em situação de pobreza. Conforme a autora, “[...] esse contexto é marcado por mudanças econômicas sociais políticas e culturais das sociedades contemporâneas, afetando seriamente os pobres, os padrões de vida dos pobres” (SILVA, 2013, p. 25).

A década de 1990 é marcada pela condução da economia globalizada, principalmente nos países subdesenvolvidos, mais conhecidos como países emergentes. A partir disso, foi denominado o “consenso de Washington”<sup>4</sup>, ocorrido em 1989 nos Estados Unidos da América, onde o governo americano recomendava a ajuda financeira externa e suas deliberações eram a diminuição do Estado e o aumento da abertura econômica para os países cuja economias se situam como dependentes, a exemplo do Brasil.

O consenso de Washington popularizou os princípios neoliberais, esses que se tornaram dominantes em toda América Latina. Ou seja, a eficiência econômica e seu crescimento bem como a equidade social regida pelo mercado, o Estado já não é mais a primeira instância predominante nas relações, a não ser em casos extremos.

O governo brasileiro entrou em concordância com as políticas estabelecidas neoliberais mundiais com o então presidente Fernando Collor de Mello que possuía

<sup>4</sup>O objetivo estava na proposta de mudanças na sociedade, através de políticas liberalizantes, com viés de privatizações e de mercado. A ideia central era o livre mercado, ou seja, “logra uma distribuição racional dos recursos traz consigo ideia de neutralidade com um enorme poder de persuasão” (SOARES, 2009, p. 15).

em seu plano de governo político-econômico uma estreita relação entre o Estado e a iniciativa privada, essas que visavam por adotar “uma ampla Reforma Administrativa, o Programa Federal de Desregulamentação e o Programa Nacional de Desestatização” (BOSCHETTI-FERREIRA apud PORTO, 2009, p.5), tendo como centralidade as políticas de privatizações.

Percebe-se que a população não possuía em nenhuma instância alguma forma de assistência e visibilidade, o governo não estava interessado em assumir qualquer compromisso que beneficiasse a classe trabalhadora e sujeitos em geral que se encontravam em situação de vulnerabilidade, risco social e pobreza. Os interesses de quem encontrava-se no poder falava mais alto que qualquer comprometimento com o povo brasileiro (PORTO, 2009).

De acordo com Faleiros (2000), o então presidente da década de 1990, Fernando Collor de Melo, já com a instauração do neoliberalismo realiza reformas significativas, onde seu programa de governo tem como objetivo reduzir o Estado e expandir o mercado. Para tal feito, visava em controlar altos salários no setor público bem como a inflação. O projeto traçado não alcançou o desejado, pois a volta da inflação e a adoção da corrupção faz com que ele seja destituído pelo Congresso Nacional em 1992.

Durante o percurso Collor abre a economia e acelera as privatizações iniciada no governo de Sarney culminando em demissões em massa dos funcionários. Com a saída de Collor inicia-se uma nova conjuntura assume a posse seu vice, Itamar Franco. Com ele o cenário começa a mudar, a primeira deu-se com a aprovação da Lei orgânica da Assistência Social (Loas) no final de 1993. O Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) é construído e extinguiu-se as instituições descentralizadas, a exemplo, a LBA, INPS e INAMPS. Em 1994 a moeda, o real, possibilita o controle da inflação, período esse de gestão do Ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso (FALEIROS, 2000).

Após sua candidatura à presidência da república Fernando Henrique tem como programa de governo estabilizar a economia e implementar as reformas constitucionais. Entretanto, em nível mundial vivencia-se um contexto instável, devido aos interesses dos Estados Unidos de controlar os déficits de aumentar a exportação, movimento estes que coloca em crise as moedas nacionais e eleva o dólar a uma potente moeda universal, que resulta de uma crise mundial na década 1970 e 1980, na União soviética.

A fragilidade dos mercados nacionais propiciou investimentos no mercado especulativo e nas moedas, que provoca a crise no Brasil em 1998, gerando bilhões de dólares aos especuladores (FALEIROS, 2000). Fernando Henrique teve como um de seus objetivos manter a moeda Real sobrevalorizada, a fim de facilitar a candidatar novamente e as importações, porém desestrutura a Indústria Nacional e reduz as exportações, provocando assim índices expressivos de desemprego.

O Real manteve-se estável até 1999, sendo que em fevereiro tem uma queda, após acentua-se ainda mais o desemprego. As reformas constitucionais realizada pelo presidente foram divididas por eixos: abertura da economia as capitais internacionais, com a eliminação do poder estatal, privatizar patrimônio público e redução dos direitos fragilizando as leis trabalhistas. A finalidade seria de reduzir o Estado em prol da expansão do mercado, a favor do capital ao invés de quem vive de seu trabalho (FALEIROS, 2000). A reforma da previdência teve inicialmente a intenção de extinguir com a assistência, sem sucesso, contudo houve algumas modificações. O plano de governo seguiu o mesmo projeto, com a capitalização que vem de fora, que seguiu a onda de precarização na área da saúde pública para expandir a rede privada.

Assim, a assistência social torna-se focalizada a população que se encontrava em maior situação de pobreza, reduzindo a intervenção do Estado e fazendo parceria com os organismos não governamentais. Mais uma vez o governo ausenta-se da conduta de garantidor de direitos e compromisso com a população, isso se expressa através das intenções que possuía com os sujeitos, ausentando-se e somente mostrando sua face em situações de extrema necessidade, mais uma vez, o povo desconhece a presença de um Estado interventivo.

O neoliberalismo prevê que individualmente cada sujeito busque pelo seu sustento bem-estar e qualidade de vida, possuindo um viés completamente ausente em âmbito de garantia de direitos. A partir disso, a assistência social passa a ser realizada através de rede solidária, a educação cada vez mais prejudicada, desenvolvendo seu desmonte de diversas formas. Como, por exemplo, as vagas que não eram ofertadas a todos alunos na educação fundamental, bem como a qualidade do ensino que se desenvolveu de forma desqualificada, acarretando muitas vezes na evasão escolar e repetência dos educandos (FALEIROS, 2000).

Assim, acredita-se que o modelo neoliberal possua a intenção de que a população se mantenha sem o uso da provisão social, ou que ainda, aqueles que dela fazem uso, possuam o mínimo para sua manutenção, passando por padrões de

seletividade e focalização da pobreza, mesmo que ainda exista o desemprego estrutural. Tal modelo dificulta o acesso a previdência e a universalização da saúde, entre outras políticas públicas. Portanto, ele não prevê, tampouco garante alguma forma de exercício de cidadania e direitos humanos a sociedade (FALEIROS, 2000).

Em 2003, quem assume a presidência da república federativa do Brasil foi Luiz Inácio Lula da Silva que apesar das promessas de mudanças, permanece servindo ao capital internacional (PORTO, 2009). Também considerado novo desenvolvimentismo/neodesenvolvimentismo, apesar de estimular a ampliação e formalização de empregos, segue as diretrizes do receituário neoliberal e desenvolvimentista em um palco de contradições. Observa-se que primeiramente realiza a contrarreforma da previdência e da educação, juntamente com o aumento da taxa de juros ao mesmo tempo expande a assistência social, o crédito consumidor, os empréstimos populares e os aumentos do salário mínimo (SANTOS, 2012).

O então governo Lula mantém, contudo, um padrão de proteção social precário, por meio de uma assistência social focalista, assim como “a passivização dos trabalhadores e movimentos sociais – por meio do cooptação de lideranças do movimento social incorporadas à dinâmica governamental petista” (SANTOS, 2012, p. 440). Porém, cabe salientar os feitos em tal governo: houve, uma grande mobilidade social devido à elevação real do salário mínimo; do crescimento do trabalho com carteira assinada; e da expansão dos programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, que faz uma política de seleção da pobreza.

Novamente salientando que a estrutura de exploração do trabalho prevaleceu com o emprego informal, terceirizado, mal remunerado, exposto a condições e ambientes insalubres, também altas taxas de rotatividade entre os trabalhadores. Assim como a prevalência das taxas de desigualdades sobre o desenvolvimento humano (SANTOS, 2012). Esta mescla política que desenvolveu a Era Lula novamente trouxe a política brasileira faces de ações onde a classe trabalhadora foi manipulada em prol da burguesia, contudo em uma lógica que ascende o conformismo diante de outros governos que de maneira alguma atenderam os interesses da classe subalterna. Tal fato, apresenta-se como grande feito, ainda que com inúmeras contradições presentes, é possível afirmar que tal governo atendeu de forma eficaz a maioria da população brasileira, suas necessidades e demandas emergenciais.

Cabe aqui evidenciar que as políticas adotadas no governo Lula obtiveram alterações na estrutura social do país, haja vista que a ascensão social aumentou em

questão de rendimentos, em grande nível principalmente á população mais pobre da sociedade. Ou seja, o governo Lula possibilitou a classe trabalhadora maior nível de consumo e postos de trabalho em prol da sociedade salarial, visando por um novo ciclo de desenvolvimento no país e também na vida da população brasileira (SILVA, 2013).

Percebe-se ao longo da trajetória uma ausência do Estado frente a sociedade, em especial, aqueles que se encontram em situação de risco e vulnerabilidade social, expressas nas desigualdades e pobreza. O que se percebe é uma grande articulação em volta de interesses políticos e econômicos, por aqueles que detém o poder. Esses que não estão dispostos a desenvolver um trabalho que atenda a maioria da população que vive em situação degradante, com o mínimo necessário para sua sobrevivência. Resta então aos sujeitos e/ou grupos se mobilizarem e encontrem formas para que consigam manter sua sobrevivência e um padrão mínimo de qualidade de vida (SILVA,2013).

Sendo assim, evidencia-se que a vulnerabilidade e a pobreza vivenciada pela população brasileira é uma dentro tantas expressões da questão social, essas estão sendo cada vez mais agravadas e intensificadas pelos desmontes em âmbito de direitos sociais, representados pelas políticas sociais públicas. Isso ocorre também por questões de responsabilização e culpabilização dos sujeitos, tendo em vista que o neoliberalismo possui uma visão reducionista da pessoa em situação de pobreza, trazendo uma concepção individual e focalizada, como “inabilidade, falta de sorte, preguiça, ou seja, a destituição é considerada voluntária e determinada pela incapacidade de os indivíduos competirem no jogo do livre mercado” (SILVA, 2013, p. 45).

Sendo assim, acredita-se que o neoliberalismo destrói as conquistas construídas pelo movimento operário, o grande capital visa destruir todas as barreiras sociopolíticas, também as defesas alfandegárias dos países centrais, a fim de obter o máximo de liberdade. Os valores centram-se na competição, individualismo, no calculismo, naturalização da desigualdade. Os neoliberais veem, então, a necessidade de reforma do Estado sendo que, “[...] a partir dos anos 80 do século XX, sob o rótulo de reforma(s) o que vem sendo conduzido pelo grande capital é um gigantesco processo de contrarreformas, destinado a supressão ou redução de direitos e garantias sociais” (NETTO; BRAZ, 2006, p. 227). Com isto ocorre a diminuição do Estado, porém somente na satisfação dos direitos sociais, mínimo para

o trabalho e máximo para o capital. Também ocorre o fenômeno das privatizações, da globalização, a liberdade de comércio das mercadorias, onde os países imperialistas não desregulam seus mercados internos, deixando isto para os países periféricos e dependentes (NETTO, BRAZ, 2006).

Dessa forma, evidencia-se que muitos são os desafios enfrentados pela tal conjuntura e na realidade vivenciada pela classe trabalhadora e, conseqüentemente, pelo/a assistente social que faz parte dessa categoria, principalmente, no que diz respeito à legitimidade de políticas sociais públicas. Embora sua regulação seja benéfica aos sujeitos, ela muitas vezes não consegue se adequar à realidade dos mesmos, como também não se estrutura conforme as regulamentações previstas.

Com isso, percebe-se a dificuldade de se ter uma nova roupagem ao que tange a tal fenômeno, tanto para os profissionais como para os sujeitos, tendo em vista que os atendimentos se centralizam ainda apenas na pobreza material, que acabam por mantê-la e controla-la como também potencializar e legitimidade do Estado, permanecendo o viés filantrópico e assistencialista. Cabe destacar que demandas emergências como da fome por exemplo, deve ser atendida e assegurada, no entanto, é necessário buscar desvendar seus significados, tendo em vista que a demanda institucional é apenas o início de inúmeras questões que fazem parte de um contexto econômico, social e político, que tem muito a dizer e desvendar (YAZBEK, 2012).

Assim como o neoliberalismo, a política de assistência social brasileira é marcada em sua história pelo caráter focalizado. Tal política nasceu pelo viés da benevolência e filantropia, marcou-se pela perspectiva de “todo tipo de ajuda destinada aos pobres definidos pelo grau de carência e miserabilidade” (SILVA, 2013, p. 90). A partir do final dos anos 1980 a mesma assume um papel na luta a favor dos direitos sociais, luta pela cidadania, tornando-se uma política pública, que integra o tripé de Seguridade Social juntamente com as políticas de saúde e previdência.

Por outro lado, é importante refletir que historicamente a assistência social esteve vinculada a padrões de proteção social que negam a perspectiva de direitos de cidadania. De modo especial quando responsabiliza, em primeiro plano, o núcleo familiar no âmbito da proteção social de seus membros. Neste sentido, no próximo subcapítulo pretende-se abordar sobre o denominado modelo protetivo familista e a política pública de assistência social.

### 3.3 Modelo Protetivo Familista e a Política Pública de Assistência Social

Historicamente a trajetória da assistência social no Brasil foi estigmatizada a uma visão estrutural-conjuntural de caráter assistencialista, ou seja, sendo compreendida pelo viés e perspectiva da resolução de um “problema” social, não existindo assim a exigência de uma ação continuada desta política, desenvolvendo muitas vezes ações focalizadas e fragmentadas a população que dela fez uso. Assim, ocasionando em estigmas e inferiorização para quem dela necessitasse e existindo a equiparação equivocada entre a política de assistência social associada a ações de assistencialismo, caridade e benevolência.

Em vistas do rompimento desse entendimento torna-se necessário evidenciar que assistência social compõem o atual sistema de proteção social, embora na prática o seu alcance se restrinja a ações imediatistas, ou seja, que servem para suprir uma necessidade imediata, em um primeiro momento de atuação profissional. Conforme afirma Sposati (2003, p. 25) “nesta perspectiva, as ações assistenciais são rechaçadas enquanto reiteram a tutela e não ajudam a romper com o ciclo da pobreza”.

Foi a partir da Constituição Federal de 1988 que a assistência social tornou-se uma política social pública, assegurando direitos a população brasileira e passando a ser constitucionalmente reconhecida como um dever do Estado para quem dela necessitar. Sendo assim, a política de assistência social é inscrita na Constituição Federal de 1988 pelos artigos 203 e 204, como um direito com responsabilidade estatal para sua efetivação e também assegurada a participação da sociedade na formulação e no controle desta política em todos os níveis (BRASIL, 2010).

Assim, com a transformação da assistência social em uma política pública, conquista-se o direito de viabilizar de forma gratuita contribuições para melhorias nas condições de vida e de cidadania da população que se encontra em situação de vulnerabilidade, mediante o suprimento das necessidades oriundas das contradições do modo de produção capitalista, em princípio sob a perspectiva que supere as demandas imediatistas. Também se ampliou a área de atuação da assistência social em decorrência de abranger a todas as pessoas que dela

necessitarem, além do chamamento para uma participação popular (TEIXEIRA, 2014).

Entretanto, a política de assistência social teve uma regulamentação tardia, a Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, somente foi sancionada em 07 de dezembro de 1993, por Itamar Franco após o *impeachment* e Collor. Podendo citar como motivos dessa regulamentação tardia o preconceito relacionado com a área concomitante com a falta de um interesse político nessa regulamentação, ausência de debates críticos sobre a conjuntura do país e também ao fato de uma rearticulação das forças conservadoras após 1989 (COUTO, 2008). Percebe-se que alguns avanços se desenvolveram ao que tange a condução da política em cada esfera de governo, estabelecida pela Lei Orgânica de Assistência Social e na reafirmada Política Nacional de Assistência Social de 2004 – PNAS/2004.

A legislação da PNAS/2004 orienta-se pela “primazia de atenção às famílias e seus membros a partir do seu território de vivência, com prioridades àqueles com registro de fragilidades, vulnerabilidades e presença de vitimização de seus membros” (BRASIL, 2005, p. 90). Ou seja, a política detém a centralização nas famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade e/ou risco social, visando por sua prevenção. Ainda, percebe-se que as demandas familiares são prioritárias, e devem ser atendidas mediante oferta de serviços como também programas e projetos.

Para Couto (2008), a PNAS foi de suma importância na consolidação do trabalho anteriormente realizado, pois, em virtude de sua publicação, foi instituído no ano de 2005 o Sistema Único de Assistência Social – SUAS. Cabe destacar a partir destes marcos que se implantou os Centros de Referência da Assistência Social – CRAS, esse que trabalha na prevenção de situações de risco e o fortalecimento de vínculos, visando por promover serviços, programas e projetos que tragam acolhimento, convivência e socialização para tais usuários, incluindo as pessoas com deficiência (BRASIL, 2004). À vista disso, articular-se com outras políticas locais, de forma a vencer as condições de vulnerabilidade, considerando o nível da proteção social básica.

Também merece destaque o Centro de Referência Especializados de Assistência Social – CREAS, que presta serviços no âmbito da proteção social especial, a qual destina-se os/as usuários/as que se encontram em situações de risco,

como maus tratos físicos e psíquicos, abuso sexual, situação de rua, de trabalho infantil, etc, e até cumprimento de medidas sócio-educativas (BRASIL, 2004). Esse se situa no âmbito da proteção social especial, que se subdivide em média complexidade e alta complexidade, ou seja, instituições locais atendem diferentes situações que podem ser mais complexas que outras. A de média complexidade atendem usuários no qual tiveram seus direitos violados, mesmo que os vínculos não foram rompidos. E a alta complexidade, os usuários que já estão com os vínculos rompidos, por isto recebem proteção integral (BRASIL, 2004).

A PNAS (2004) e NOB/SUAS (2005) possuem uma nova concepção de família, tendo em vista que essa define como um grupo unido por laços conjugais, filiais ou fraternais/afetivos. É possível afirmar a partir da NOB/SUAS um direcionamento organizacional e funcional à proteção social às famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade, embora limitada pelos princípios contraditórios, a realidade institucional da oferta de serviços e as condições de trabalho profissional.

A NOB\SUAS define a matricialidade sociofamiliar e a territorialização como um dos eixos estruturantes da gestão do Sistema Único de Assistência Social. Isso significa que a assistência social dá primazia à atenção às famílias e seus membros, a partir do seu território de vivência, com prioridade àquelas com registro de fragilidades, vulnerabilidades e presença de vitimação entre seus membros (NOB/SUAS, 2005, p.28).

Entretanto, em decorrência das configurações dos atuais programas e benefícios ofertados a população, bem como da ausência do Estado na efetivação dos seus deveres ao cumprimento dos direitos da sociedade em geral, as famílias muitas vezes ao invés de serem protegidas são responsabilizadas, através de condicionantes e exigências que permeiam o acesso a algum serviço ou benefício (TEIXEIRA, 2009).

Sendo assim, percebe-se ser através da responsabilização na família em meios aos cuidados protetivos e responsabilidades sobre seus membros que o Estado ausenta sua responsabilidade de cumprir seu papel enquanto provedor de direitos. E, ao invés de independentizar os sujeitos e sua família, reforça um padrão de proteção social voltado para o aumento da dependência desses sujeitos como condição para obter acesso a algum serviço ou benefício social (TEIXEIRA, 2009).

A partir da Constituição Federal de 1988 houve grande crescimento de

programas de combate à pobreza, dirigidos as famílias com crianças e para outra parcela da população, programas direcionados a grupos vulneráveis como mulheres, idosos, pessoa com deficiência, jovens etc. Neste sentido, inclui o núcleo familiar “como público privilegiado e a atenção aos segmentos, com o intuito de atender às demandas das famílias, figurando esta como preocupação de fundo e como estratégia de organização dos serviços, de modo a superar a fragmentação no atendimento” (TEIXEIRA, 2009, p. 258).

Sob essa perspectiva, um dos direcionamentos vigente na Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004, se define em uma de suas diretrizes a “centralidade na família para a concepção e implementação dos benefícios, serviços e projetos”, e um de seus objetivos “assegurar que as ações no âmbito da assistência social tenham centralidade na família, e que garantam a convivência familiar e comunitária” (BRASIL, 2004, p. 33).

Cabe ressaltar que para a família proteger ela precisa ser protegida, ou ainda, a família deve proteção, pois a promove também, sendo assim, o direito à proteção não é incondicional, mas exige contrapartidas que implicam o alargamento de suas funções e a manutenção de outras, como socialização, educação, assistência e cuidados (TEIXEIRA, 2014). Ainda que no Brasil a política de assistência social preconize a proteção social para as famílias, ela reforça suas funções protetivas e a dependência dos sujeitos das relações familiares. Reforçando o denominado familismo, atua no sentido de “impulsionar as funções familiares na proteção, tidas como insubstituíveis, ampliando ainda mais as pressões sobre as inúmeras responsabilizações que devem assumir, especialmente no caso das famílias pobres e vulneráveis” (TEIXEIRA, 2009, p. 258).

A PNAS/2004 reconhece a família como cerce que norteia a proteção social, juntamente com as transformações que envolvem o campo econômico e social, bem como seus hábitos e costumes, conforme consta na Política:

Essas transformações, que envolvem aspectos positivos e negativos, desencadearam um processo de fragilização dos vínculos familiares e comunitários e tornaram as famílias mais vulneráveis. A vulnerabilidade à pobreza está relacionada não apenas aos fatores da conjuntura econômica e das qualificações específicas dos indivíduos, mas também às tipologias ou arranjos familiares e aos ciclos de vida das famílias. Portanto, as condições de vida de cada indivíduo dependem menos de sua situação específica que daquela que caracteriza sua família. No entanto, percebe-se que na sociedade brasileira, dada as desigualdades características de sua estrutura social, o grau de vulnerabilidade vem aumentando e com isso

umenta a exigência das famílias desenvolverem complexas estratégias de relações entre seus membros para sobreviverem (BRASIL, 2005, p. 42).

Na opinião de Teixeira (2014), as novas configurações familiares ficam evidentes no reconhecimento das mudanças no que diz respeito ao modelo tradicional de família, ou seja, supera-se a referência de tempo e lugar além de arranjos puramente consanguíneos e de estruturas físicas. No entanto, ainda que seja um grande avanço a PNAS/2004 reconhecer a família como núcleo central de proteção, independentemente de sua configuração, a responsabilização permanece a mesma. Ou seja, as condições em que as famílias se encontram, os riscos e as vulnerabilidades são insuficientes para proteção integral de tais famílias. Conforme a autora refere, “[...] são novas propostas com velhos princípios [...]” (TEIXEIRA, 2014, p. 100). Percebe-se que os princípios reafirmam de forma nítida que para o recebimento da proteção, a família deve proteger seus membros, no entanto desconsidera a realidade social estruturante de situações de desigualdade que tais famílias vivenciam. Ou seja, “a família se conforma como o espaço privado por excelência e, como privado, deve responder pela proteção social de seus membros” (MIOTO, 2008, p. 133)

Sob o ponto de vista de Mioto (2008), cabe destacar o avanço das expressões da questão social em suas diversas formas, mudanças que tornam-se significativas no âmbito da proteção social, considerando o Estado como o regulador central das relações entre a economia e as demandas sociais. Vale abordar brevemente as três modalidades de proteção social, sendo a primeira, caracterizada como tradicional, que mantém os valores da fraternidade, solidariedade e caridade, ela é desenvolvida pela família, pela vizinhança e com ligação de práticas de cunho religioso, enfim, com os diversos tipos de ajuda mútua. A segunda modalidade diz respeito a proteção exercida pelo viés da troca e condiz com o conjunto de práticas econômicas realizadas desde relações pessoais até a impessoalidade do mercado. A terceira e última modalidade refere-se a de “política de alocação de recursos e na qual o Estado tem o papel de gestor produtor e regulador da proteção” (MIOTO, 2008, p. 134).

Conforme Mioto (2008), existe a diferença da proteção social sob duas esferas, uma de âmbito privado e outra de âmbito público, a primeira diz respeito a inclusão do privado mercantil, sendo a proteção social exercida pelo mercado,

através da compra de serviços e o privado- não mercantil refere-se a proteção social desenvolvida no âmbito de instituições tradicionais como a igreja, família e as entidades filantrópicas. Já a esfera pública atende as demandas do Estado, visando garantir o bem estar coletivo da sociedade por meio da concretização das políticas sociais que implicam na articulação de recursos políticos, econômicos e institucionais.

No âmbito desse processo, a família “nunca deixou de ter papel significativo na organização e desenvolvimento dos diferentes sistemas de proteção social” (MIOTO, 2008, p. 135). Nesse sentido, foram as condições materiais que possibilitaram analisar a proteção social nas diferentes sociedades na lógica de emancipação da família em relação ao mercado, assim como identificar até que ponto o Estado funciona como fonte de apoio a família na proteção social (MIOTO, 2008).

A partir disso, se desenvolve o debate entre a desfamíliação e o familismo quando se analisa os sistemas de proteção social. A desfamíliação diz respeito a diminuição dos encargos familiares e a independência da família através das políticas sociais e/ou familiares. Já o familismo está presente nos sistemas de proteção social, tendo em vista que ele consiste no viés onde a família deve assumir a principal responsabilidade sobre o bem-estar de seus membros, isso significa a menor interferência possível do Estado sob a família no âmbito da proteção social.

No entanto, o que ocorre é que a proteção social recai muito mais sobre a família do que no Estado, trazendo inúmeras dificuldades para essas, tendo em vista que cada realidade familiar é distinta. No entanto, com esse movimento, o Estado a vê como única e padronizada, generalizando um modo de família sem conseguindo visualizar as mais variadas distinções que permeiam e existe na família e seus membros.

Sendo assim, considerando as reflexões desenvolvidas a partir do referencial teórico acessado, nota-se que a política de assistência social se estrutura sob as bases do modelo protetivo familista, no qual recai em primeiro plano à família a responsabilização de prover a proteção social aos seus membros, cabendo ao Estado um papel meramente subsidiário.

A partir do contexto histórico da assistência social, bem como da análise dos avanços que a permearam, passando de ajuda e benevolência para um direito assegurado à todos/as que dela necessitarem pode-se perceber que a família teve

uma nova concepção, tendo em vista que atualmente se define como um grupo unido por laços conjugais, filiais ou fraternais/afetivos. E sendo a partir da NOB/SUAS que se obteve um direcionamento organizacional e funcional à proteção social às famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade, embora limitada pelos princípios contraditórios, a realidade institucional da oferta de serviços e as condições de trabalho profissional.

Dentro desse campo contraditório, percebe-se a necessidade de efetivação voltado à garantia do direito, na perspectiva da proteção e emancipação dos sujeitos, visando romper com a lógica de responsabilização, como também na imposição de cumprimento de alguma condicionalidade para acessar algum tipo de serviço ou benefício. Além disso, situa-se a necessidade de um Estado protetor e comprometido publicamente com as famílias e suas mais variadas demandas. Ainda acredita-se que os sistemas de proteção social necessitam de modificações, visando a atender demandas da população de maneira integral e universal.

Em suma, entende-se ser através da execução comprometida, a partir do viés universal da política de assistência social que tais mudanças surtiram efeito na sociedade, mediante um olhar da assistência social enquanto política pública, como uma garantidora de direitos. Para além disso, faz-se necessário não somente a modificação do paradigma, mas a apreensão das transformações dos grupos familiares nas últimas décadas, e das novas demandas que se colocam, as quais exigem novas estratégias de enfrentamento, para que se possa romper com a responsabilização das famílias por suas mais variadas demandas vivenciadas.

Para o impedimento de tal efetivação, ocorrem inúmeras dificuldades que contribuem para o Estado ausentar-se de suas funções. Uma delas é o terceiro setor, esse que articula-se com a política de assistência social, no entanto, por um viés não de direito mas um caráter comercial e filantrópico. Sua visão e objetivo desenvolve-se pelo viés do trabalho focalizado, ou seja, é um serviço destinado exclusivamente à determinadas áreas e instituições que possuem carências pontuais, onde as necessidades básicas não são atendidas por aqueles que dela fazem uso. Dessa forma, contribui e visa a manutenção da antiga perspectiva da assistência à população, aquela em que as ações eram voltadas à benevolência e caridade, desenvolvendo um trabalho voltado as medidas pontuais compensatórias, como o combate a pobreza, fome, etc, essas que “relacionam-se diretamente com a legitimação da desigualdade social inerente à constituição da sociedade

capitalista e apóiam-se na possibilidade de humanizar o trato da desigualdade” (MONTAÑO, 2010, p. 10). Tais premissas, no entanto, não condizem com a realidade e perspectiva da política de assistência social, pois muitos foram os avanços e conquistas ao longo dos anos ao que tange seu processo histórico, principalmente aquele que a tornou direito social e dever do Estado.

Fato é que o terceiro setor vem a contribuir para os processos de precarização das políticas sociais, para que esses agravem-se ainda mais, onde o contato e acesso, seja destinado somente às parcelas da população que encontram-se em situações extremas, tornando-se assim também focalizada e descentralizada, haja vista que seleciona quem dela faz o uso, o que vai totalmente contra o que a assistência social prevê. Assim, com vê-se o terceiro setor “operando ideologicamente na “necessidade” de “compensar”, “substituir” ou “remediar” as atividades sociais precarizadas ou eliminadas das responsabilidades do Estado” (MONTAÑO, 2010, p. 8). Dessa forma, vê-se o terceiro setor enquanto forte ameaça à sociedade, tendo em vista que o mesmo visa por extinguir com a dimensão de direito social, acarretando na deslegitimação do processo histórico da Seguridade Social em face do modelo neoliberal que visa pelos retrocessos.

#### **4. AS MANIFESTAÇÕES DA POBREZA VIVENCIADAS PELAS FAMILIAS USUÁRIAS DO CENTRO DE FORMAÇÃO TERESA VERZERI – SÃO BORJA/RS**

Nesse capítulo o objetivo se detém em apresentar os dados da presente pesquisa, no intuito de analisá-los e, com isso, formular possíveis estratégias de intervenção profissional. Tais premissas se embasam no objetivo geral do estudo, o qual consistiu em apreender como as famílias usuárias dos serviços do Centro de Formação Teresa Verzeri – São Borja/RS vivenciam a pobreza, tendo em vista contribuir para a ampliação das discussões sobre o fenômeno, assim como para a criação de estratégias que visem o seu enfrentamento.

De modo específico, pretende-se inicialmente contextualizar historicamente os aspectos acerca da Instituição Centro de Formação Teresa Verzeri – considerando que foi o local em que se delimitou para a coleta dos dados da pesquisa – e a configuração da pobreza e suas representações sociais no município de São Borja/RS, com destaque para as potencialidades e desafios que se configuram na abrangência da materialização dos direitos sociais.

Na sequência serão apresentados os dados da presente pesquisa, seus impactos na sociedade, bem como os desafios que permeiam o trabalho do profissional assistente social e, por fim, pretende-se dar visibilidade para o fomento da discussão acerca das políticas de enfrentamento a pobreza, seus desafios e possibilidades na atual conjuntura brasileira.

##### **4.1 O Centro de Formação Teresa Verzeri – São Borja/RS: uma breve contextualização**

A Congregação das Irmãs Filhas do Sagrado Coração de Jesus foi fundada em Bérgamo, na Itália, em 1831, pelo Monsenhor Giuseppe Benaglio e por Teresa Eustochio Verzeri. Atendendo as demandas da época, já em funcionamento uma escola para meninas em situação de pobreza. O Monsenhor Giuseppe resolveu atendê-las, no intuito de fomentar uma formação humana e cristã, e encontrou em Teresa Verzeri a competência de levar em frente tal projeto. Dessa forma, iniciaram-se as obras para educação de jovens em vulnerabilidades, para garantir o seguimento

da missão, em vista de amplia-la e enriquecê-la (Projeto Pedagógico Social, 2012-2014).

A Congregação das Filhas do Sagrado coração de Jesus, iniciou em uma pequena escola paroquial no município de Três de Maio/RS em 1930. O atendimento das Filhas do Sagrado Coração de Jesus no início de seu desenvolvimento somente para área de educação e saúde, com o decorrer do tempo, ampliaram o atendimento e dessa forma, passou a ocorrer visitas domiciliares para meninas, asilos e projetos sociais, em comunidades carentes (PROJETO PEDAGÓGICO SOCIAL, 2012-2014).

O Centro de Formação Teresa Verzeri (CFTV) de São Borja/RS foi inaugurado no ano de 1936, atualmente localiza-se à Rua João Palmeiro, 1746, Bairro do Centro. É uma instituição do terceiro setor, ou seja, caracteriza-se como uma Organização não governamental (ONG), sendo assim, não dispõe de verba governamental para manter suas ações. A instituição conta com o repasse mensal oriundo da mantenedora, captação de recursos via editais que incentivam o desenvolvimento de projetos sociais, como também busca pelo apoio da comunidade, mediante parcerias com pessoas físicas e jurídicas, instituições públicas e de mais organismos nacionais e internacionais (PROJETO MOSAICO SABER SOCIAL, 2016).

No que se refere ao terceiro setor, é possível afirmar a desresponsabilização do Estado frente às demandas dos sujeitos em sociedade, sendo assim, cabe ao terceiro setor “resolver” situações que não é sua responsabilidade, ou seja, o mencionado tende a,

[...] Justificar e legitimar o processo de desestruturação da Seguridade Social estatal como de transformar a luta contra a reforma do Estado em parceria com o Estado; assim, não só reduz os impactos negativos ao sistema do aumento do desemprego como também torna as respostas à “questão social” atividades cotidianas. Tudo isto minimizando aparentemente as contradições de classe, redirecionando as lutas sociais para atividades mancomunadas com o Estado e o empresariado, gerando maior aceitação e menor enfrentamento ao projeto neoliberal (MONTAÑO, 2010, p.13).

O CFTV é uma instituição religiosa de caráter filantrópico que executa a Política de Assistência Social<sup>5</sup> com nível de proteção básica. A proteção social tem como objetivo prevenir situações de risco, buscando pelo fortalecimento dos vínculos

<sup>5</sup> De acordo com o Art. 3º da Lei Orgânica da Assistência Social (Lei Federal nº 8742/1993) “Consideram –se entidades e organizações de assistência social aquelas que prestam, sem fins lucrativos, atendimento e assessoramento aos beneficiários abrangidos por esta lei, bem como as que atuam na defesa e garantia de seus direitos”.

familiares e comunitários, é destinado para toda população que necessitar de seus serviços. A instituição iniciou suas atividades em São Borja/RS no ano de 1936 e teve como representante a Madre Maria Antônia Perini da Congregação das Filhas do Sagrado Coração de Jesus.

Dessa forma, cabe trazer brevemente o contexto ao qual o país se encontrava na década de 1930, o governo de Getúlio Vargas, se desenvolvia de forma interventiva frente as demandas sociais da época, seu mandato era centralizado e detinha o apoio da Igreja Católica, uma das condições para essa apoiá-lo foi a implementação do ensino religioso no currículo das escolas do país. Um dos marcos que representa essa aliança é a inauguração da estátua do Cristo Redentor no Rio de Janeiro em 1931. Contava também com o apoio do Exército, que sempre esteve presente nos governos de Vargas de forma opressora e autoritária.

Sendo assim, a questão social que antes era tratada como caso de polícia, passa a ser vista como responsabilidade do Estado, a importância da classe operária e seus direitos enquanto trabalhadores passam a ser discutidas dentro do governo central. Dentre 1936 a 1986 a instituição, denominada Lar da Menina Sagrado Coração de Jesus atendia ao modo de internato, somente meninas, essas que se encontravam com os vínculos fragilizados com seus familiares. Em 1987 o atendimento passou a ser no turno inverso ao escolar, permanecendo restrito e voltado somente ao público feminino. Ou seja, se anteriormente as ações desenvolvidas pelo CFTV eram voltadas pela benevolência e filantropia, passa a deter um reordenamento jurídico com reformulação com base no Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) a partir do ano de 1990, dessa forma, obteve a mudança desse paradigma na Instituição.

Por conseguinte, a partir da Constituição Federal de 1988, a Assistência Social tem uma nova concepção, pois passa a ser regulamentada pela Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) em 1993 e inserida na política de Seguridade Social em conjunto com a saúde e a previdência social, apontando um caráter de política de Proteção Social, voltada à garantia de direitos da população. Sendo assim, assume um status de política social pública, configurando-se como responsabilidade do Estado (BRASIL, 2004).

Nos anos 2000, a instituição passa a expandir seu atendimento, contribuindo pela inclusão social, de forma que passou a desenvolver atividades para ambos os sexos. O então “Lar da menina Sagrado Coração de Jesus” passa a ser chamado

“Centro de Formação Teresa Verzeri” e seus serviços continuam a ser ofertados em turno inverso ao escolar. Em 2007, aconteceu grande avanço para instituição, essa que implantou o Programa chamado como "Mosaico do Saber Social", que tem como objetivo oferecer oficinas lúdicas, culturais, esportivas e ambientais como também atendimento especializado, as crianças e adolescentes, as famílias e a comunidade em geral (RELATÓRIO ANUAL, 2017).

O público usuário dos serviços do Centro de Formação Teresa Verzeri, são crianças e adolescentes com a faixa etária de 04 (quatro) a 16 (dezesesseis) anos, de ambos os sexos, que se encontram em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos (PLANO ANUAL, 2010).

O Programa "Mosaico do Saber Social" está pautado no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, enquanto Proteção Social Básica, visando pela prevenção de situações de risco, buscando o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, esse serviço é destinado para a população que dela necessitar. Segundo o Mosaico do Saber (2007), a Instituição tem como objetivos: desenvolver um processo de formação integral, promovendo a vida com dignidade e o exercício da cidadania, articulando aos valores que a instituição prevê. A visão é ser reconhecida pela excelência em formação integral e inovação, viabilizando o compromisso emancipatório de forma sustentável.

Os valores da instituição são:

Cordialidade nas relações: Escuta atenta, gentileza no trato, respeito às diferenças, gestos de compaixão; Humanização: processo transversal de acolhida, espiritualidade, respeito, autonomia, protagonismo e comunicação; Respeito: ao outro e suas diferenças; Ética: Informação, credibilidade e transparência, comportamento adequado a princípios e valores da instituição; Justiça: respeito a direitos e deveres; projetos de solidariedade em favor dos pobres; Conhecimento: compartilhamento e aplicação de saberes, profissionalização e capacitação para a gestão, pesquisa e inovação; Sustentabilidade: responsabilidade social, viável a nível econômico, cuidado e uso consciente dos recursos naturais (RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES, 2015, p. 6).

A instituição tem o caráter filantrópico de cunho religioso, tendo em vista que ela é regida por Irmãs religiosas vinculadas a igreja Católica, na sua missão, visão e principalmente valores. As ações desenvolvidas também têm o viés religioso, com

oficina especialmente a espiritualidade. O trabalho que é desenvolvido pela Instituição é vinculado a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) como também, os princípios previstos na Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS).

#### 4.2 A Pobreza e modos/condições de vida das famílias usuárias do Centro de Formação Teresa Verzeri – São Borja/RS

A partir da presente pesquisa documental realizada no primeiro semestre do ano de 2019 coletou-se informações acerca de aspectos sociais em nível de potencialidades e desafios que as famílias usuárias dos serviços do CFTV vivenciam em âmbito de direitos sociais. Tais dados foram obtidos através das fichas domiciliares realizadas pela assistente social da Instituição. Ao total 195 famílias encontram-se fazendo uso dos serviços do CFTV no período temporal delimitado para o estudo. No entanto, foram realizadas 20 visitas domiciliares com os novos usuários dos serviços da Instituição que ingressaram no ano de 2019, sendo essa, portanto, a amostra do presente estudo.

A partir deste recorte, sistematizaram-se os dados socioeconômicos das famílias atendidas pela Instituição, a fim de dar visibilidade para suas condições e modos de vida. Também se buscou conhecer quais as manifestações da pobreza são vivenciadas pelas famílias, no sentido de explicitar as múltiplas dimensões do fenômeno. Neste sentido, a fim de elucidar alguns dados, optou-se por sistematizar as informações no formato de quadros e gráficos, além de articulá-los com referencial teórico alinhado a perspectiva da teoria social crítica, assim como análises e reflexões a respeito dos achados.

Desta forma, o primeiro quadro apresenta questões que tangem a respeito da composição do núcleo familiar, com destaque para idade, sexo e nível de parentesco, a fim de explicitar as diversas configurações familiares. Para tanto, parte-se do pressuposto da concepção ampliada de famílias, ou seja, as diversas configurações expressas na contemporaneidade como: família homoafetiva, família monoparental, família recomposta, família tradicional/nuclear, entre outras.

### QUADRO 1: COMPOSIÇÃO DOS MEMBROS FAMILIARES

Famílias	Membro /Idade	Membro/Idade	Membro/Idade
F1	Pai: ND	Mãe: 35 anos	Padrasto: 30 anos
F2	Pai: 30 anos	Mãe: 29 anos	ND
F3	Pai: 41 anos	Mãe: ND	ND
F4	Pai: 30 anos	Mãe: 29 anos	Irmão: 4 anos
F5	Pai: 37 anos	Mãe: 27 anos	Irmão: 1 ano
F6	Pai: 28 anos	Mãe: 26 anos	ND
F7	Pai: ND	Mãe: ND	Avó: 69 anos
F8	Pai: 37 anos	Mãe: 34 anos	Tio: 14 anos
F9	Pai: ND	Mãe: 35 anos	Padrasto: 30 anos
F10	Pai: ND	Mãe: 25 anos	Irmão: 5 anos
F11	Pai: 34 anos	Mãe: 37 anos	Avó: 57 anos
F12	Pai: 30 anos	Mãe: 29 anos	ND
F13	Pai: ND	Mãe: 35 anos	Padrasto: 30 anos
F14	Pai: ND	Mãe: 57 anos	Tio: 34 anos
F15	Pai: 37 anos	Mãe: 27 anos	Irmão: 1 ano
F16	Pai: ND	Mãe: 25 anos	ND
F17	Pai: 28 anos	Mãe: 25 anos	ND
F18	Pai: ND	Mãe: 30 anos	Padrasto: 38 anos
F19	Pai: ND	Mãe: 27 anos	ND
F20	Pai: 30 anos	Mãe: 25 anos	Irmão: 3 anos

Dados sistematizados pela autora.

Fonte: Fichas de visitas domiciliares da profissional de Serviço Social - 2019.

Notas: F1 diz respeito às famílias usuárias, por exemplo, família 1 = F1.

ND significa dado indisponível.

O presente quadro elucida a composição, sexo e a idade dos membros familiares da instituição CFTV, de acordo com a Política Nacional de Assistência Social – PNAS – 2004, a família se configura enquanto núcleo básico de acolhimento, convívio e protagonismo social, superando a lógica associada ao conjunto de membros ligados meramente ao financeiro, conforme a PNAS – 2004 discorre,

[...] supera o conceito de família como unidade econômica, mera referência de cálculo de rendimento *per capita* e a entende como núcleo afetivo, vinculado por laços consanguíneos, de aliança ou afinidade, que circunscrevem obrigações recíprocas e mútuas, organizadas em torno de relações de geração e de gênero (BRASIL, 2004, p. 90).

Importante ressaltar ainda que as análises contemporâneas já não mais partem de uma única configuração de família, mas sim “famílias” no plural, haja vista que se consideram todas as configurações familiares postas em sociedade.

Historicamente algumas transformações ocorreram a âmbito familiar, principalmente, a partir da década de 1970, sendo que a família foi sendo descoberta como “agente privado de proteção social”. Sendo assim, o Estado passou a prever de alguma forma medidas de apoio à família, sob a perspectiva de amenização da pobreza, políticas de valorização da vida, entre outros. Neste sentido, inúmeras políticas foram sendo desenvolvidas visando atender de maneira paliativa as demandas sociais emergenciais, através de auxílios e benefícios e serviços prestados à população (ALENCAR, 2006).

A instituição familiar sempre fez parte integral dos arranjos de proteção social”, para ela “os governos brasileiros sempre se beneficiaram da participação autonomizada e voluntarista da família na provisão do bem-estar de seus membros (PEREIRA, 2006, p. 29).

Na presente análise, foi possível perceber que a configuração familiar predominante se alinha a ideia de família tradicional ou nuclear burguesa, considerando que a maioria são compostas por casais heterossexuais que possuem um ou dois filhos. Por outro lado, também foi possível evidenciar a existência de outros arranjos familiares, como família monoparental e recomposta. Sendo que do total da amostra, 3 famílias se configuram como monoparentais, ou seja, com apenas um dos pais, geralmente a figura materna; E as demais 4 famílias são compostas pela mãe e padrasto, mais conhecida como família recomposta, essa se deriva de separações e recasamentos. Somente 1 família possui a avó enquanto responsável economicamente pelo usuário dos serviços do CFTV (BRASIL, 2018).

A idade da figura paterna mantém-se em torno dos 28 anos aos 41 anos, pais consideravelmente jovens. Já as mães possuem a faixa etária dos 25 anos até os 57 anos. Os demais membros familiares estão entre 1 ano à 69 anos. Percebeu-se também o nível de parentesco dos responsáveis pelos usuários do CFTV, sendo que 52% do total de 20 famílias é composta por pais e mães, mais conhecida como família nuclear, essa se configura incluindo duas gerações, com filhos biológicos.

Cabe ressaltar a ausência de dados da figura paterna registrados nos documentos utilizados como fonte de pesquisa. O que leva ao questionamento de qual nível de participação deste na vida dos usuários, tendo em vista que não há dados disponíveis para consulta caso seja necessário. A possível ausência paterna pode se tornar um fator de risco e repercutir de forma negativa em diversos aspectos do desenvolvimento da criança e adolescente. Sendo assim, percebe-se o desafio posto ao trabalho do profissional de Serviço Social, haja vista que cada caso e família possuem suas singularidades e particularidades e elas devem ser consideradas, o que cabe ao profissional é um trabalho investigativo e crítico visando atender as necessidades de tais famílias e usuários. Sendo assim,

[...] a ação profissional não pode direcionar-se apenas as famílias enquanto sujeitos singulares. Isso implica no redimensionamento da intervenção profissional, a partir da perspectiva da integralidade das ações articuladas em diferentes níveis. Esses níveis seriam: proposição, articulação e avaliação de políticas sociais, organização e a articulação de serviços e atendimento a situações singulares (MIOTO, 2010, p.172).

Para isso, vê-se a necessária e fundamental atuação articulada com os princípios éticos da profissão, visando prestar um atendimento de qualidade, com princípios emancipatórios. Para isso, mais que atender as demandas institucionais, cabe ao profissional, interagir com os usuários de acordo com suas realidades e singularidades, buscando atender suas necessidades de forma interventiva e qualificada. Para isso, também se faz necessário desvendar a realidade e contexto em que tais usuários fazem parte vivenciam as expressões da questão social das mais distintas formas.

Além disso, foi possível observar que as categorias empíricas que emergiram dos dados da pesquisa estão relacionadas as distintas configurações familiares, com destaque para a família tradicional ou nuclear burguesa, ainda se faz presente a família monoparental e a recomposta, ou seja, diferentes arranjos familiares. Outro dado que se mostrou relevante foi a ausência de informações e dados relacionados à figura paterna, registrados nos documentos utilizados como fonte de pesquisa. O que levou a reflexões acerca do agir profissional como fonte de estratégias de enfrentamento e resistência, tal fato, dificulta que esse movimento aconteça pois, em primeiro momento faz-se necessário elementos informativos a respeito do usuário e suas demandas.

A fim de aprofundar a respeito dos modos e condições de vida das famílias, na sequência apresenta-se alguns dados sistematizados no Quadro 2, o qual elucida aspectos que tangem a área profissional/ocupacional dos membros familiares usuários do Centro de Formação Teresa Verzeri – São Borja/RS.

## QUADRO 2: PROFISSÃO/OCUPAÇÃO DOS MEMBROS FAMILIARES

Famílias	Membro/Ocupação	Membro/Ocupação	Membro/Ocupação
F1	Pai: ND	Mãe: Auxiliar Administrativa	Padrasto: Secadorista
F2	Pai: Comércio	Mãe: Atendente	ND
F3	Pai: Auxiliar de monitoramento	Mãe: Farmácia	ND
F4	Pai: Atendente	Mãe: Atendente	ND
F5	Pai: Repositor	Mãe: Operadora de caixa	ND
F6	Pai: Fábrica de gelo	Mãe: Doméstica	ND
F7	Pai: ND	Mãe: ND	Avó: ND
F8	Pai: Eletricista	Mãe: Doméstica	ND
F9	Pai: ND	Mãe: Auxiliar administrativa	Padrasto: Secadorista
F10	Pai: ND	Mãe: Doméstica	ND
F11	Pai: Frentista	Mãe: Autônoma	ND
F12	Pai: ND	Mãe: ND	ND
F13	Pai: ND	Mãe: Auxiliar Administrativa	Padrasto: Secadorista
F14	Pai: ND	Mãe: ND	Tio: Frentista
F15	Pai: Repositor	Mãe: Operadora de caixa	ND
F16	Pai: ND	Mãe: Autônoma	ND
F17	Pai: Fábrica de gelo	Mãe: Trabalho informal	ND
F18	Pai: ND	Mãe: Auxiliar Administrativa	Padrasto: Secadorista
F19	Pai: ND	Mãe: Empregada doméstica	ND
F20	Pai: Pedreiro	Mãe: Autônoma	ND

Dados sistematizados pela autora.

Fonte: Fichas de visitas domiciliares da profissional de Serviço Social-2019.

Notas: F1 diz respeito às famílias usuárias, por exemplo, família 1 = F1.

ND significa dado indisponível.

O quadro acima enfatiza a profissão/ocupação que os membros familiares possuem. Sendo assim, observou-se que as profissões dos pais são as mais variadas, alguns são repositores enquanto outros trabalham como frentista, atendente, encanador, pedreiro, etc. Já no caso das mães, em sua maioria são empregadas

domésticas e auxiliares administrativas, outras autônomas, operadora de caixa e trabalho informal. Os padrastos são secadoristas e um deles é frentista.

Sendo assim, faz-se necessário apreender a distinção de trabalho e emprego, embora inúmeras produções o coloquem como sinônimos, acredita-se que eles não se configuram a uma única esfera, ou seja, possuem o mesmo sentido. Conforme o autor aborda,

[...] a concepção de trabalho diferencia-se e não se confunde com a de postos de trabalho – para o capital, emprego – porque o trabalho é criação, é motor de civilização e fonte de realização das potencialidades da natureza social do homem que ao criar o trabalho é recriado e modificado pela atividade a que deu vida (GRANEMANN, 2009, p. 267).

Atualmente inúmeras mudanças vêm acontecendo significativamente acerca da “base técnica do trabalho”, quando a produtividade toma força e a organização clássica do que a grande maioria da população considera trabalho toma novos rumos e significativas transformações, alterações que o capital impõe, sob a ótica de seu bem-estar e interesse próprio. Acredita-se que tais alterações reduzem postos de trabalho. O capital, buscando atender seus interesses visa pelo aumento do trabalho informal, pois este, não incluem direitos assegurados, assim, gerando péssimas condições de trabalho para a população, no entanto, mais desenvolvimento de lucro e benefícios para o capital (POCHMANN, 2007).

Dessa forma, a intenção é sucatear e gerar mais trabalho informal para a população, com péssimas condições de trabalho, tendo em vista que em sua grande maioria não é benéfica e está longe de atender inúmeras demandas dos sujeitos. Sendo assim, o que resta de alternativa para superar o desemprego, são péssimas condições, sem garantias de proteção, salário e direitos, gerando muitas vezes na competição e desunião da classe trabalhadora (GRANEMANN, 2009).

Outro dado importante a ser destacado diz respeito a grande maioria das mães estarem trabalhando quando comparado aos demais membros, como pai/padrastro, ou seja, percebe-se que o público feminino é predominante, onde a figura materna assume a posição de mantenedora da família. Esse aspecto leva a reflexão de que disparidade salarial, fato esse que historicamente relaciona-se quando se trata do trabalho feminino – masculino, havendo a desigualdade para/com as mulheres de modo geral. Outro fator importante a ser destacado refere-se ao trabalho doméstico,

esse que não prevê nenhuma garantia de direito destinado aquele sujeito que trabalha no âmbito doméstico.

Nesse sentido, pode-se perceber a partir do que se coletou de dados, a ausência de informações sobre o vínculo empregatício de cada sujeito, se possuem ou não carteira assinada e demais informações que poderiam enriquecer a pesquisa etc. Observou-se que do conjunto da amostra pelo menos um membro familiar encontra-se trabalhando, ou seja, de alguma forma, possuem algum tipo de trabalho para manutenção da família.

Cabe aqui, de maneira sucinta, trazer os as modalidades de trabalhos evidenciados no quadro 2, trabalho formal, ou seja, aqueles que possuem vínculo empregatício, salário, direitos assegurados. Já o trabalho informal não prevê garantias contratuais e os respectivos direitos assegurados pelo sistema de proteção social, embora ambos participem com a produção capitalista, haja vista que esses são complementares ao capital. Conforme a autora,

No atual nível de desenvolvimento capitalista não há escapatória possível para o trabalhador. Qualquer que seja a sua forma de inserção na produção, está sujeito, direta e indiretamente, as exigências da competição, da produtividade crescente, da acumulação [...] (TAVARES, 2004, p. 145).

Nesse sentido, vê-se os sujeitos engolidos pelo sistema econômico capitalista, muitas vezes sem escolhas e opções encaram a vida cotidiana de trabalho de forma precária e desgastante, sem muitas condições para obterem qualidade de vida. Isso se evidencia ainda mais no próximo quadro, onde é possível observar a renda que os membros familiares possuem para se manter. Dessa forma, pode se inferir categorias emergentes da realidade, as quais se apresentaram ao que tange a questões relacionadas a ausência de informações acerca da ocupação/profissão dos membros familiares usuários dos serviços do CFTV. Ou seja, não há nenhuma fonte que retrata qual o vínculo empregatício, embora seja possível identificar indícios de algumas ocupações estarem mais suscetíveis a modalidade de trabalho informal como é o caso das domésticas e autônomas. Ainda, destaca-se a figura materna assumindo a posição de mantenedora da família, apresentando novas configurações familiares e avanços históricos e sociais a respeito da figura feminina, tendo em vista que a mulher era relegada ao campo privado (o lar, por exemplo), sendo que com inúmeras lutas e

resistência, passa a fazer parte do âmbito público, conforme se apresenta na presente análise.

O quadro nº 3 elucida a renda auferida pelos membros familiares, bem como destaca a renda *per capita* familiar. Nesse sentido, busca-se apreender as condições que os sujeitos possuem para manter-se em sociedade e qual a vinculação desta com a pobreza, discussão central da presente pesquisa. Para o cálculo da renda *per capita* familiar procedeu-se a soma da renda de cada membro da família e, logo após, dividiu-se pelo número de membros, considerando a informação de eles residem sob o mesmo teto.

**TABELA 1: RENDA DOS MEMBROS FAMILIARES**

<b>Famílias</b>	<b>Membro/Renda</b>	<b>Membro/Renda</b>	<b>Membro/Renda</b>	<b>Renda <i>per capita</i> familiar</b>
F1	Pai: ND	Mãe: R\$ 1.500,00	Padrasto: R\$800,00	Renda <i>per capita</i> familiar: R\$766,66
F2	Pai: R\$ 1.000,00	Mãe: R\$ 1.000	R\$: ND	Renda <i>per capita</i> familiar: R\$ 666,66
F3	Pai: R\$ 1.409,00	Mãe: R\$ ND	R\$: ND	Renda <i>per capita</i> familiar: R\$469,66
F4	Pai: R\$1.150,00	Mãe: R\$ ND	R\$: ND	Renda <i>per capita</i> familiar: R\$287,00
F5	Pai: R\$ 1.000,00	Mãe: R\$ 1.000,00	R\$: ND	Renda <i>per capita</i> familiar: R\$500,00
F6	Pai: ND	Mãe:R\$ ND	R\$: ND	Renda <i>per capita</i> familiar: ND
F7	Pai: ND	Mãe: R\$ ND	Avó: R\$ 998,00	Renda <i>per capita</i> familiar: R\$499,00
F8	Pai: R\$ 1.200,00	Mãe: R\$ 700,00	R\$: ND	Renda <i>per capita</i> familiar: R\$475,33
F9	Pai: R\$ ND	Mãe: R\$ 1.500,00	Padrasto: \$1.200,00	Renda <i>per capita</i> familiar: R\$900,00
F10	Pai: R\$ ND	Mãe: R\$ 998,00	R\$: ND	Renda <i>per capita</i> familiar: R\$332,66

F11	Pai: R\$ 1.100,00	Mãe: R\$ 300,00	R\$: ND	Renda <i>per capita</i> familiar: R\$466,66
F12	Pai: R\$ 1.000,00	Mãe: R\$1.000,00	R\$: ND	Renda <i>per capita</i> familiar: R\$666,66
F13	Pai: R\$ ND	Mãe: R\$ 1.500,00	Padrasto: R\$ 800,00	Renda <i>per capita</i> familiar: R\$766,66
F14	Pai: R\$ ND	Mãe: R\$ ND	Tio: R\$ 1.100,00	Renda <i>per capita</i> familiar: R\$366,66
F15	Pai: R\$ 1.000,00	Mãe: R\$ 1.000,00	R\$: ND	Renda <i>per capita</i> familiar: R\$500,00
F16	Pai: R\$ ND	Mãe: R\$ autônoma	R\$: ND	Renda <i>per capita</i> familiar: ND
F17	Pai: R\$ 937,00	Mãe: Mãe: R\$ 937,00	R\$: ND	Renda <i>per capita</i> familiar: R\$624,66
F18	Pai: R\$ ND	Mãe: R\$ 1.500,00	Padrasto: R\$800,00	Renda <i>per capita</i> familiar: R\$766,66
F19	Pai: R\$ ND	Mãe: R\$ 937,00	R\$: ND	Renda <i>per capita</i> familiar: R\$312,33
F20	Pai: R\$ ND	Mãe: R\$ 500,00	R\$: ND	Renda <i>per capita</i> familiar: R\$62,50

Dados sistematizados pela autora.

Fonte: Fichas de visitas domiciliares da profissional de Serviço Social - 2019.

Notas: F1 diz respeito às famílias usuárias, por exemplo, família 1 = F1.

ND significa dado indisponível.

Na análise dos dados elucidados no quadro nº 3 é possível perceber aspectos acerca da pobreza unidimensional, ou seja, apenas pela perspectiva da renda monetária dos membros familiares. Sendo assim, pode-se verificar que a renda mensal dos pais varia de R\$ 937,00 reais à R\$ 1.409,00 reais, já a renda das mães encontra-se entre R\$ 300,00 reais à R\$ 1.500,00 reais.

Observou-se a partir desse dado que as mulheres/mães possuem a renda inferior aos homens, haja vista que o valor monetário da renda inicial da figura materna é consideravelmente inferior ao dos pais/padrastos. Sendo assim, apesar de a renda de algumas em determinados casos ser superior ao de outros, ainda assim, a renda feminina torna-se menor. Isso expressa e condiz com a realidade histórica a respeito da disparidade salarial, elucidando aspectos conservadores que permeiam o cotidiano da mulher, desafios como esse a âmbito do trabalho que enfrentam na sociedade patriarcal e capitalista vigente.

Cabe trazer brevemente as linhas de pobreza que a população pode estar vivenciando. Conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010) considera pobres aquelas famílias com rendimento mensal *per capita* de até  $\frac{1}{2}$  salário mínimo e em situação de extrema pobreza aquelas que vivem com rendimento de até  $\frac{1}{4}$  de salário mínimo *per capita*. Observa-se que esse movimento se trata de “um valor que tenha como referência o nível de vida preponderante na sociedade em questão” (ROCHA, 2006, p. 14).

Sendo assim, para acesso a benefícios e programas como, por exemplo, o Programa Bolsa Família – PBF, que atende famílias que se encontram em situação de pobreza e de extrema pobreza. Dispõe-se de um critério, existe a necessidade de se ter um limite de renda para que seja possível acessar esse programa.

Dessa forma, o programa é destinado para famílias que possuam renda de até R\$ 89,01 reais mensais por pessoa, no caso da extrema pobreza e famílias com renda de R\$178,00 mensais desde que possuam crianças e adolescentes de 0 a 17 anos de idade para que se encontram em situação de pobreza. Esse recorte leva em consideração o critério da renda monetária e somente ela, partindo de uma perspectiva unidimensional (BRASIL, 2019). Assim, contribuindo com medidas de emergência, ou seja, políticas focalizadas, possuindo critérios de seletividade, ou seja, com ênfase nas regiões mais pobres, *priorizando* territórios e segmentos da população com alto índice de pobreza.

Considerando a renda *per capita familiar*, nota-se que do total de 20 famílias, 8 encontram-se em situação de pobreza, baseando-se pelas linhas de pobreza determinadas pelo IBGE, haja vista que, possuem rendimento mensal de  $\frac{1}{2}$  salário mínimo por pessoa. E considerando o dado absoluto, declarado na ficha de visita domiciliar realizada pela profissional do Serviço Social – 2019, uma família não possui dados disponível e duas encontram-se em situação de extrema pobreza, pois vive com rendimento mensal de até  $\frac{1}{4}$  de salário mínimo de renda *per capita*.

Observou-se também a ausência de informações sobre a renda mensal principalmente da figura paterna dos usuários do Centro de Formação Teresa Verzeri. O que leva a inquietação sobre as condições de vida vivenciadas por tais crianças e adolescentes, tendo em vista que devido à ausência de informações ao que tange a renda dos membros familiares, elas podem não estar acessando quaisquer tipos de auxílios e benefícios que contribuam para o desenvolvimento físico, psíquico e social.

Em síntese, concluiu-se que as categorias emergentes da realidade se mostraram através da situação de pobreza que as famílias se encontram, haja vista que, 8 famílias encontram-se em situação de pobreza e 2 em situação de extrema pobreza. Por outro lado, percebe-se que muitas são as dimensões que tangem a respeito do fenômeno da pobreza, perpassando a renda monetária minimamente, percebeu-se através de tal análise que a renda se faz fator em primeiro momento que contribui para o desenvolvimento da pobreza, mas ela também diz respeito a ausência de fatores como acesso a direitos, a informação, ao lazer, a cultura, entre tantos outros aspectos. Ainda, observou-se a ausência de dados ao que se refere a figura paterna dos usuários dos serviços do CFTV – São Borja/RS.

Sendo assim, buscando aprofundar as dimensões de pobreza vivenciadas pelas famílias, o quadro 4 trata a respeito dos tipos e condições de moradia das famílias usuárias dos serviços do CFTV, visando contribuir para a apreensão das condições materiais que os sujeitos vivenciam.

**QUADRO 3: TIPO E CONDIÇÕES DE MORADIA DAS FAMÍLIAS**

<b>Famílias</b>	<b>Tipo de Moradia</b>	<b>Estrutura</b>	<b>Condições de Moradia</b>
F1	Alvenaria	Água encanada e energia elétrica	Cedida
F2	Alvenaria	Água encanada e energia elétrica	Cedida
F3	Alvenaria	Água encanada e energia elétrica	Própria
F4	Alvenaria	Água encanada e energia elétrica	Cedida
F5	Alvenaria	Água encanada e energia elétrica	Cedida
F6	Alvenaria	Água encanada e energia elétrica	Cedida
F7	Alvenaria	Água encanada e energia elétrica	Própria
F8	ND	Água encanada e energia elétrica	Cedida
F9	Alvenaria	ND	Cedida
F10	Alvenaria	ND	Alugada
F11	Alvenaria	Água encanada e energia elétrica	Cedida
F12	Alvenaria	Água encanada e energia elétrica	Cedida
F13	Alvenaria	Água encanada e energia elétrica	Cedida
F14	Alvenaria	Água encanada e energia elétrica	Cedida
F15	Alvenaria	Água encanada e energia elétrica	Cedida
F16	Alvenaria	Água encanada e energia elétrica	Alugada
F17	Alvenaria	Água encanada e energia elétrica	Cedida
F18	Alvenaria	Água encanada e energia elétrica	Cedida
F19	ND	ND	Alugada
F20	Alvenaria	Água encanada e energia elétrica	Cedida

Dados sistematizados pela autora.

Fonte: Fichas de visitas domiciliares da profissional de Serviço Social -2019.

Notas: F1 diz respeito às famílias usuárias, por exemplo, família 1 = F1.

ND significa dado indisponível.

Considerando a análise do quadro acima, pode-se observar que a grande maioria das famílias usuárias do CFTV vivem em residências de alvenaria. Ainda, percebeu-se que 17 famílias possuem água encanada e energia elétrica em suas residências, as demais informações do restante das famílias encontrava-se indisponível. Aparentemente, sem um maior aprofundamento, tais famílias parecem dispor de condições de saneamento básico para sua sobrevivência. No entanto, através do dado de qual a condição de tais famílias, observou-se que 15 famílias vivem em residências cedidas e as demais 5, de aluguel, através desse dado é possível constatar que as condições de vida não representam o que está posto, o aparente.

Haja vista que nenhuma possui residência própria, nesse sentido, percebe-se que a moradia em locais cedidos contribui para o não gasto financeiro com aluguel, a renda monetária da família poderá estar sendo destinada para outro fim. Também vale ressaltar que tais informações são insuficientes para afirmar quais condições verdadeiramente estão sendo vivenciadas por tais sujeitos e famílias. Percebe-se que muitos programas, projetos e benefícios destinados do governo possuem perguntas que abrangem o superficial, o que está posto. Com esse quadro foi possível observar que as expressões da questão social emergem a todo tempo e perguntas fragmentadas e focalizadas não são possíveis de dar contas de questões que abrangem diversas questões em sua total conjuntura.

Importante referir que a partir da Constituição Federal de 1988, muitos foram os avanços aos mais diversos direitos sociais, o artigo 6º retrata questões relacionadas ao envolvimento da educação, saúde, alimentação, trabalho, a moradia etc., aos sujeitos que encontram-se em situação de vulnerabilidade, no entanto, observa-se no quadro acima, o direito à moradia sendo negado pelo Estado a tais famílias, ainda que haja programas como por exemplo, Minha casa Minha Vida, inúmeras famílias brasileiras encontram-se desamparadas e sem acesso a uma unidade habitacional.

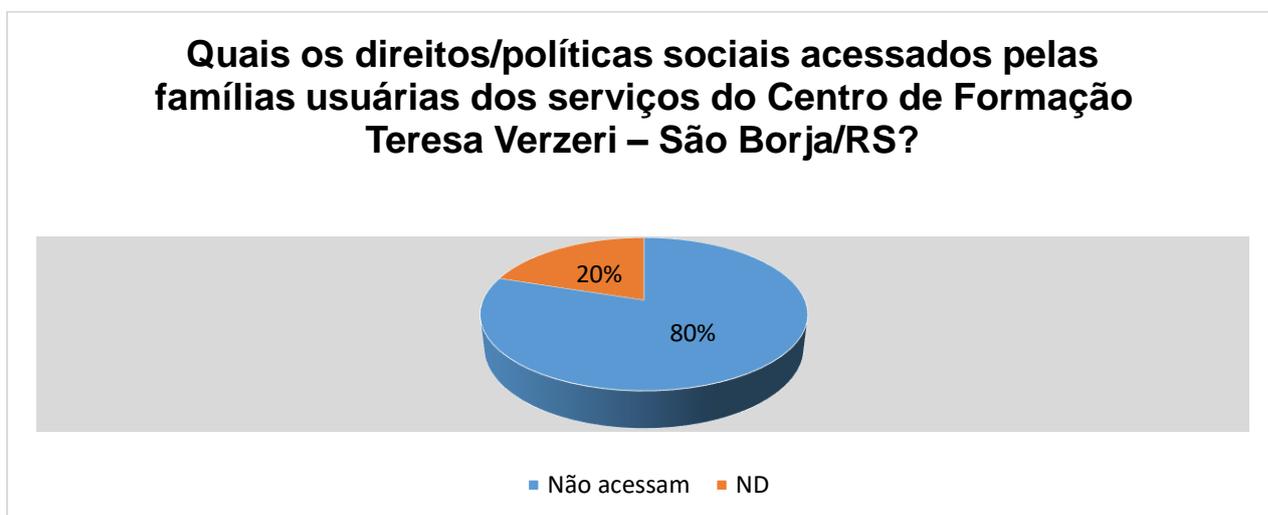
Nessa ótica, é possível perceber observar a pobreza articulada não somente a renda monetária, mas também, a inúmeras outras questões, como o direito à moradia,

o acesso à informação, caracterizando as inúmeras dimensões da pobreza. Essa que a autora Yazbek (2012) aborda enquanto carência de possibilidades e oportunidades, assim, para definir brevemente as multidimensões da situação de pobreza, pode-se dizer que a mesma se configura como as condições que afetam o acesso a bens e serviços da população, mas também, diversas circunstâncias que afetam seu desenvolvimento psicossocial, onde esses terão de alguma forma rebatimentos para usufruir de uma vida digna e de qualidade, sendo assim, envolve diversos âmbitos, cultura, lazer, educação, saúde, etc. Conforme a autora aborda, incluem

[...] água potável, rede de esgoto, coleta de lixo, acesso ao transporte coletivo, educação, saúde e moradia. O caráter multidimensional da pobreza leva à necessidade de indicadores que tenham uma correspondente abordagem multidimensional e que levem em consideração como o indivíduo percebe sua situação social (YAZBEK, 2012, p. 291).

Sendo assim, faz-se necessário compreender tais multidimensões para apreender as condições reais em que os usuários se encontram visando contribuir com um atendimento profissional de qualidade, que contempla o todo, ou seja, busca compreender a totalidade dos fatos, para além do superficial e aparente posto. Tal afirmação também rege a respeito do caráter investigativo da profissão, sendo assim, o Gráfico 1 está relacionado com os direitos e políticas acessadas pelos membros familiares.

#### **GRÁFICO 1: DIREITOS E/OU POLÍTICAS SOCIAIS ACESSADAS PELAS FAMÍLIAS USUÁRIAS DO CFTV – SÃO BORJA/RS.**



Dados sistematizados pela autora.

Fonte: Fichas de visitas domiciliares da profissional de Serviço Social.

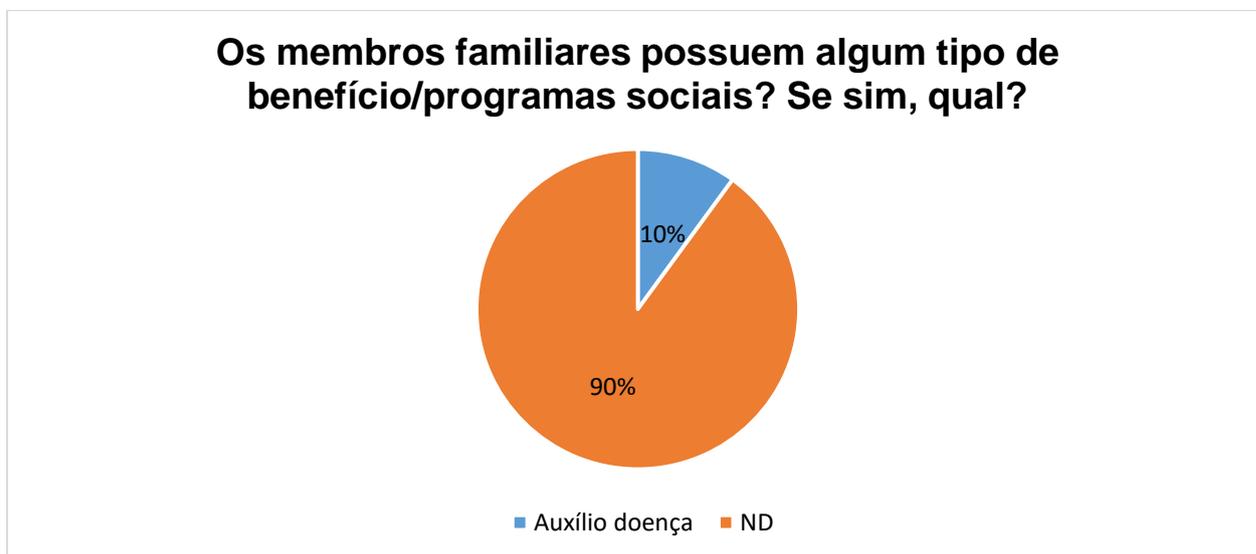
Notas: F1 diz respeito às famílias usuárias, por exemplo, família 1 = F1.  
ND significa dado indisponível.

O gráfico 1 elucida a ausência de conhecimento dos usuários acerca de seus direitos e políticas as quais acessam diariamente, haja vista que 80% das famílias acreditam não acessarem nenhum tipo de direito e/ou política social e as demais 20% não consta nenhum dado disponível para acesso. A partir de tal dado foi possível perceber a ausência de conhecimento por parte da população acerca de seus direitos, pois a partir de tal análise pode-se perceber que as famílias não percebem acessar, por exemplo, a Política de Assistência Social. Essa que o Centro de Formação está ligado e tais famílias e seus membros fazem uso cotidianamente. Ou ainda, o Sistema Único de Saúde – SUS, o qual também toda população brasileira de alguma forma ou outra faz parte e contribui para seu desenvolvimento e efetivação, entre tantos outros direitos/políticas sociais.

Ainda, a partir de tal dado realiza-se certa inquietação ao que diz respeito ao nível de informações que os mesmos recebem, tal ausência de conhecimento, contribui para o pensamento de quais são as ações desenvolvidas visando o fortalecimento de tais famílias, de diversas formas, sendo um deles, o acesso à informação. Haja vista que a partir da redemocratização do Brasil e a promulgação da Constituição Federal de 1988, o acesso à informação pública passou a ser elevado a nível de direito fundamental, conforme parágrafo XIV do artigo 5º, que assegura a todos o acesso à informação: “XIV - é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional”. (BRASIL, 1988, s/p.).

Novamente, os aspectos multidimensionais da pobreza se fazem presente, ou seja, inúmeras situações que contribuem para a pobreza em suas multidensões, ultrapassando a dimensão renda monetária, mas também privação de acesso a bens e serviços, que recai por diversas vezes na limitação de liberdade e oportunidades nos mais distintos planos e dimensões da vida dos sujeitos (YAZBEK,2012). Conforme a autora menciona, os aspectos da pobreza se mostram em diversas faces, para além do aparente posto, sendo assim, cabe compreender tais fatores e dimensões que contribuem para que grande parte da população se encontre em tal situação. Nesse sentido, o gráfico 2 tange a respeito dos benefícios e programas acessados pelas famílias usuárias dos serviços do CFTV – São Borja/RS.

**GRÁFICO 2: BENEFÍCIOS E/OU PROGRAMAS SOCIAIS ACESSADOS PELOS MEMBROS FAMILIARES USUÁRIOS DO CENTRO DE FORMAÇÃO TERESA VERZERI – SÃO BORJA/RS.**



Dados sistematizados pela autora.

Fonte: Fichas de visitas domiciliares da profissional de Serviço Social.

Notas: F1 diz respeito às famílias usuárias, por exemplo, família 1 = F1.

ND significa dado indisponível.

Foi possível observar que a grande maioria dos membros familiares usuários dos serviços do Centro de Formação Teresa Verzeri – São Borja/RS não possuem nenhum tipo de benefício ou acessam à algum programa social sendo estes 90%, o restante dos 10% não possui dado disponível para consulta. A partir de tal análise foi possível perceber a ausência de informações e sinalizações realizadas pela profissional do Serviço Social, haja vista que inúmeros dados se encontravam indisponível para análise por falta de preenchimento.

Ainda, percebeu-se que não havia considerações, ou seja, resumos/sínteses nas fichas consultadas dos atendimentos nas visitas domiciliares desenvolvidas, o que dificulta a apreensão descritiva da realidade dos usuários, haja vista que se faz insuficiente a compreensão da realidade apenas com o preenchimento de formulários fechados, tornando-se um questionário. Dessa forma, vê-se a necessidade de os profissionais assumirem caráter investigativo e propositivo nas suas intervenções, pois, para maior apreensão da realidade se faz necessário criticidade e questionamentos, esses que perpassam as demandas institucionais. Ou seja, o profissional Assistente Social deve imprimir em suas intervenções formas de conhecer e desvendar o objeto de ação profissional. Conforme o autor,

Para se apreender o trabalho do assistente social deve-se situá-lo no contexto das relações sociais concretas de cada sociedade, pois sua ação é um produto humano, uma objetivação construída historicamente, o que requer uma postura investigativa sobre o real, pois esta "é necessária para descortinar as armadilhas da vida cotidiana, passo crucial e insubstituível para uma intervenção profissional crítica, propositiva e, portanto, não repetitiva" (SILVA, 2007, p. 11).

Nesse sentido, faz-se necessário considerar as alterações históricas que acontecem na sociedade, pois essas transformações contemporâneas demonstram significativamente o cenário e o palco dos engendramentos das relações sociais e dentre essas, as expressões da questão social, objeto de trabalho do Assistente Social.

#### 4.3 Fortalecimento aos usuários: um agir necessário a âmbito de estratégias profissionais

O presente subcapítulo tem como objetivo trazer aspectos relacionados a análise de quais são as estratégias desenvolvidas pela Instituição - Centro de Formação Teresa Verzeri – São Borja/ RS diante as demandas evidenciadas pelas famílias em prol do seu fortalecimento. Para isso, obtive como fonte de pesquisa documental, o relatório anual de atividades da instituição do ano de 2018, haja vista que a elaboração do relatório do presente ano (2019) será somente produzida ao final de dezembro, portanto, assim se configura a amostra desse estudo.

A partir disso, sistematizou-se as informações que contribuem para apreensão das propostas e estratégias de fortalecimento de tais famílias, a fim de dar visibilidade as condições que essas vivenciam, articulando com o fenômeno da pobreza. Neste sentido, a fim de elucidar tais dados, optou-se por trazer as problemáticas a partir de análises e reflexões, articulando-se com referencial teórico sob a perspectiva da teoria social crítica.

Nesse sentido, buscando contribuir com a discussão, criou-se um roteiro norteador <sup>6</sup>com perguntas que irão proporcionar reflexões acerca das indagações

<sup>6</sup> Encontra-se no anexo nº 1.

anteriormente mencionadas. Para isso, a primeira pergunta se configura enquanto: Quais são os serviços prestados na Instituição?

Tendo como base a questão norteadora, assim como os dados coletados no documento, é possível destacar que o Centro de Formação Teresa Verzeri – São Borja/RS tem como objetivo desenvolver suas atividades com vistas à emancipação dos sujeitos usuários dos seus serviços, buscando seus desenvolvimentos em sociedade e fortalecimento dos vínculos sociais, familiares e comunitários. O trabalho social com famílias é de caráter continuado, com a finalidade de fortalecer as relações familiares e prevenir a ruptura dos seus vínculos, promovendo o acesso à direitos e contribuição na melhoria de qualidade de vida dos usuários. Dessa forma, MIOTO (2003), define família enquanto

Um núcleo de pessoas que convivem em determinado lugar, durante um lapso de tempo mais ou menos longo e que se acham unidas (ou não) por laços consanguíneos. Ela tem como tarefa primordial o cuidado e a proteção de seus membros, e se encontra dialeticamente articulado com a estrutura social na qual está inserido (MIOTO, 2003, p. 120).

Sendo assim, com a família em suas mais diversas dimensões configurações, acredita-se que é de suma importância o trabalho voltado à elas, de forma crítica e interventiva, haja vista que muitas são as demandas apresentadas pelas mesmas, nos diferentes níveis e intensidades, com poucos ou muitos integrantes, em uma totalidade que contribui para a singularidade de cada sujeito. Nesse sentido, cabe aos profissionais buscarem aperfeiçoamento do seu trabalho profissional, visando a qualidade dos serviços prestados, bem como, a participação e vínculo com os mesmos, pois somente através do contato e participação será possível efetivar qualquer movimento em busca da garantia do direito e demandas dos usuários (MIOTO, 2004).

O trabalho desenvolvido em forma de oficinas, no contra turno escolar prevê o desenvolvimento das potencialidades das crianças e adolescentes, sua formação integral e o exercício da cidadania. Acredita-se que as atividades desenvolvidas na instituição agregam de forma significativa, haja vista que os serviços se desenvolvem através de oficinas lúdicas, culturais, esportivas e ambientais como também atendimentos especializados para e com as crianças e adolescentes. Ainda inúmeros desses usuários frequentam a instituição visando melhores condições e qualidade de vida, a instituição possui o momento de refeição, disponibilizando lanche e almoço

para tais crianças e adolescentes. Acredita-se que esse momento é de suma importância para uma parcela dos usuários que vive em situação de pobreza, o que contribui para o desenvolvimento saudável da criança ou adolescente.

Nesse sendo a instituição tem como objetivos: Desenvolver um processo de formação integral, promovendo a vida com dignidade e o exercício da cidadania, articulando aos valores que a instituição prevê. A visão é ser reconhecida pela excelência em formação integral e inovação, viabilizando o compromisso emancipatório de forma sustentável. A instituição possui como valores a,

Cordialidade nas relações: Escuta atenta, gentileza no trato, respeito às diferenças, gestos de compaixão; Humanização: processo transversal de acolhida, espiritualidade, respeito, autonomia, protagonismo e comunicação; Respeito: ao outro e suas diferenças; Ética: Informação, credibilidade e transparência, comportamento adequado a princípios e valores da instituição; Justiça: respeito a direitos e deveres; projetos de solidariedade em favor dos pobres; Conhecimento: compartilhamento e aplicação de saberes, profissionalização e capacitação para a gestão, pesquisa e inovação; Sustentabilidade: responsabilidade social, viável a nível econômico, cuidado e uso consciente dos recursos naturais (RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES, 2018, p. 6).

A intervenção realizada pelos profissionais ocorre por meio de ações de caráter preventivo, protetivo e proativo. Atualmente o Centro de Formação Teresa Verzeri atende 166 crianças e adolescentes em contra turno escolar, bem como 145 famílias que se constituem em beneficiários indiretos, por meio de atendimentos individualizados, eventos e encontros/reuniões formativas mensais.

Em 2018 foi ofertado um portfólio de 15 oficinas, pedagógicas, culturais, ambientais e esportivas diversificadas.

### **Oficinas Lúdicas Pedagógicas**

- Oficina Grupo de Estudo
- Grupo de Jovens
- Oficina Espiritualidade
- Informática Lúdica
- Aprendizagem Lúdica
- Oficina Inclusão Digital
- Artesanato
- Oficina de Jogos Pedagógicos

- Oficina de terapia de grupo

#### **Oficinas Culturais**

- Oficina Dança Gaúcha
- Oficina de Inglês
- Oficina de Teatro

#### **Oficinas Esportivas**

- Oficina de Esporte
- Oficina de Ginástica Olímpica
- Oficina de Dança Rítmica

#### **Oficinas Ambientais**

- Educação Ambiental
- Oficina de Arte Reciclada

Conforme consta no Relatório Anual de Atividades – 2018, a instituição busca contemplar o atendimento em turno inverso à escola, embasando suas ações de formas lúdicas, propiciando um ambiente acolhedor aos educandos. Igualmente oferecer as famílias momentos de formação, orientação e informação (reuniões da família mensais) e atendimentos individualizados (Serviço Social, Psicologia, Nutrição e Pedagogia). Assim, visa pela articulação com as famílias usuárias dos serviços da instituição, pois busca desenvolver um trabalho que abarque tanto as crianças e adolescentes como seus responsáveis. Isso ocorre de diversas formas e momentos, haja vista que a instituição desenvolve inúmeras atividades culturais e de lazer visando a participação dos usuários e comunidade em geral.

Dessa forma, a instituição conforme o Relatório Anual de Atividades – 2018 possui como meta desenvolver um trabalho social estimado na comunidade em que está inserida, em relutância das suas ações de caráter social, compromissado, ético e humanizado. Garantindo uma visibilidade positiva, onde trabalho seja fortalecido e imbuído de novas oportunidades, no sentido de agregar cada vez mais valores a todos os sujeitos envolvidos nas ações.

Sendo assim, faz-se necessário apreender os profissionais que desenvolvem tais ações que a instituição prevê. Nesse sentido, criou-se a seguinte questão norteadora: Quais os profissionais que compõem a equipe do Centro de Formação Teresa Verzeri – São Borja/RS? Foi possível constatar que a equipe se divide em técnica e pedagógica e de suporte, conforme demonstra os quadros abaixo:

#### QUADRO 4: EQUIPE TÉCNICA E PEDAGÓGICA CFTV – São Borja/RS.

Função	Data de admissão	Natureza do Vínculo	Horas semanais
Diretora Social	12/06/2018	Contratada	40h semanais
Assistente Social	17/10/2018	Contratada	30h semanais
Psicóloga	09/07/2018	Contratada	20h semanais
Nutricionista	01/03/2016	Contratada	20h semanais
Pedagoga	01/08/2017	Contratada	40h semanais
Educadora Física	23/02/2012	Cedida pela prefeitura	20h semanais

Fonte: Relatório Anual de Atividades do Centro de Formação Teresa Verzeri (2018).

Observa-se no quadro acima a equipe técnica e pedagógica do Centro de Formação Teresa Verzeri – São Borja/RS, em sua maioria os vínculos dos trabalhadores são através de contratos, somente uma profissional é cedida pela prefeitura, ou seja, a Prefeitura Municipal de São Borja/RS possui parceria com a instituição e, assim, cede alguns profissionais para outras instituições do município, sendo uma delas, o CFTV.

Também foi possível observar a carga horária semanal realizada pelos profissionais varia de 20h à 40h, bem como, a grande maioria de profissionais encontram-se a pouco tempo na instituição, variando de 2 anos a 4 anos, somente uma profissional encontra-se a 7 anos na instituição. Nesse sentido, é notório que a rotatividade de profissionais é existente e esse movimento pode estar desenvolvendo determinadas limitações ao que tange as relações e vínculos estabelecidos com os

usuários, pois quanto maior for a rotatividade de profissionais, proporcionalmente será a dificuldade de estabelecer vínculos com as crianças e adolescentes.

**QUADRO 5: EQUIPE DE SUPORTE CFTV – São Borja/RS.**

<b>Função</b>	<b>Data de admissão</b>	<b>Natureza do Vínculo</b>	<b>Horas semanais</b>
Auxiliar de Serviços Gerais	06/08/2018	Contratada	40h semanais
Atendente Recreacionista	15/02/2018	Cedida pela prefeitura	40h semanais
Atendente Recreacionista	01/02/2018	Cedida pela prefeitura	40h semanais
Atendente Recreacionista	01/02/2018	Cedida pela prefeitura	20h semanais
Atendente Recreacionista	01/08/2016	Cedida pela prefeitura	40h semanais
Atendente Recreacionista	01/02/2018	Cedida pela prefeitura	40h semanais
Cozinheira	01/08/2006	Contratada	30h semanais
Cozinheira	01/08/2006	Contratada	44h semanais
Auxiliar de cozinha	15/02/2018	Cedida pela prefeitura	40h semanais

Dados sistematizados pela autora.

Fonte: Relatório Anual de Atividades do Centro de Formação Teresa Verzeri (2018).

Ao que tange o quadro 6 acerca da equipe de suporte, observou-se que possuem 5 atendentes recreacionistas sendo que 4 delas exercem 40 horas semanais de trabalho e 1, carga horária de 20 horas, também há 2 cozinheiras que possuem em suas cargas horárias semanais 30h e 40h. Também há 1 auxiliar de cozinha exercendo 40h semanais. Além disso, para dar apoio a equipe, a instituição possui um auxiliar de serviços gerais.

Nesse sentido, pode-se observar que as cozinheiras são as profissionais que possuem maior tempo na instituição, possuindo 13 anos de trabalho no CFTV. Já os demais possuem em torno de 4 à 2 anos de vínculo com a instituição. Nesse sentido, é possível perceber que com o longo vínculo que as cozinheiras possuem, também

foi possível estabelecer inúmeros vínculos com os usuários, haja vista que muitos deles encontram-se inseridos na instituição desde criança até a adolescência. Nesse sentido, observa-se a importância da equipe, pois, há um vínculo afetivo com as profissionais, esse momento de recreação torna-se fundamental para o pleno desenvolvimento dos usuários do CFTV.

Assim, para possibilitar maior apreensão acerca do trabalho exercido por cada profissional, se teve como referência a seguinte pergunta a partir do roteiro norteador: Quais são os serviços ofertados por cada profissional? Para isso, cabe situar de maneira sucinta ao que tange a respeito dos trabalhadores da instituição, esses que possuem a configuração de uma equipe multidisciplinar. Conforme o Relatório Anual de Atividades – 2018, desenvolver um trabalho em consonância com a interdisciplinaridade. Uma vez que o trabalho na instituição exige atenção no trato das questões familiares, ou seja, sigilo e a ética. Analisando assim, as demandas à luz de um contexto mais amplo com os usuários, que por sua vez vivenciam as imposições de processos socialmente construídos.

Majoritariamente as demandas que surgem no cotidiano de trabalho da instituição são decorrentes de situação de pobreza e violência, demandas estas que atingem sujeitos inseridos em processos sociais reconstruídos sob dadas condições históricas que irão ou não potencializar ações de violência e/ou pobreza (MINAYO, 2009). Discutir esses fenômenos em suas múltiplas determinações e dimensões necessita de uma abordagem de trabalho multidisciplinar e crítica, para apreensão em sua complexidade considerando-se a diversidade de suas dinâmicas em contextos, tempos, espaços e sujeitos.

Logo, reconhece-se a importância do trabalho do/da assistente social apreciar e incentivar práticas interdisciplinares, pois possui valor fundamental para ações efetivas, que decifrem as particularidades da questão social na vida dos/as usuários em uma visão de totalidade sem perder as nuances da vida de tais sujeitos, uma vez que “são vistas sob a perspectiva de mais de uma área do conhecimento, o que possibilita um caráter dialético no aprofundamento da realidade social destes” (CFESS, 2012; FRIGOTTO, 2008).

Nesse sentido, entende como interdisciplinaridade a tentativa de compreensão de fenômenos complexos da sociedade visto por um grande e variado grupo de distintas áreas do conhecimento, onde compreende-se que não seria abrangente tampouco viável a partir do conhecimento de apenas uma determinada área. A

interdisciplinaridade é vista como movimento, processo em construção e assim, evolução e aprofundamento, uma vez que essa não está completamente definida e talvez nunca venha a estar (SALGADO, 2015).

Sendo assim, cabe trazer brevemente a importância de ações interdisciplinares, visando fomentar a necessidade da troca de experiências e conhecimento de suas demandas e assim sendo possível ofertar melhor qualidade dos serviços ofertados a população usuária. Pode-se afirmar que ainda que o trabalho interdisciplinar seja de grande importância, percebe-se que o mesmo ainda se encontra em construção, tendo em vista que desde a década de 1970 busca-se por uma definição do termo interdisciplinaridade, na década de 1980, uma busca por uma metodologia para compô-la. E a década de 1990 a tentativa de construção de uma teoria da interdisciplinaridade. Contudo, já na segunda década do século XXI, o trabalho interdisciplinar ainda apresenta desafios em sua compreensão e execução (SALGADO, 2015).

Ao que se refere a efetivação de ações interdisciplinares, pode-se destacar que essas resultam vários fatores como,

A construção de equipes interdisciplinares nas organizações; a capacitação profissional para o trabalho interdisciplinar; o diálogo nas equipes de trabalho interdisciplinar; a sistematização e registro dos trabalhos empreendidos pela equipe interdisciplinar, dentre outros. Partindo do princípio de que o mercado contemporâneo demanda o trabalho interdisciplinar, a formação de equipes interdisciplinares constitui-se um desafio, dada a historicidade da especialização do trabalho e suas consequências na formação profissional e ideológica do trabalhador (GOMES, 2005, p. 5).

O Serviço Social vem ao encontro essencialmente da interdisciplinaridade, tendo em vista que não possui uma própria teoria e sim dialoga com diversas delas, em busca de apreender as inúmeras expressões oriundas da questão social (GOMES, 2005). Percebe-se a necessidade de pensar a formação de equipes interdisciplinares levando em conta seu objeto de estudo e quais disciplinas contribuirão na produção de conhecimento sobre esse objeto.

Dessa forma, conforme consta no Relatório Anual de Atividades – 2018, dentro desse processo encontra-se o Serviço de Psicologia na instituição, essa possui como objetivo propiciar aos educandos e seus familiares apoio e orientação psicológica, seu público alvo são as crianças, adolescentes e suas famílias. Percebe-se que o objetivo

Psicologia na instituição está em proporcionar aos educandos e seus familiares apoio e orientação psicológica.

Assim como, possibilitar um ambiente ético e comprometido, a fim de acolher as demandas existentes. Tendo sempre como norte o trabalho baseado no respeito e na promoção da liberdade, da dignidade, da igualdade e da integridade do ser humano, assim como os valores que embasam a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Pensando cada educando como um sujeito social, onde a realidade familiar e social é levada em consideração dentro de seus aspectos individuais e subjetivos.

Dessa forma, vê-se a importância do trabalho da psicologia na instituição como em todos os espaços sociais, desenvolvendo um trabalho de saúde mental para além da ausência de doença, mas sim, o desenvolvimento da criança, adolescente e seus familiares. A contribuição para isso poderá contribuir em sujeitos com mais autoconhecimento bem como análise de um todo estruturado, ou seja, sujeito em sociedade pertencente a uma totalidade, mas ser social com suas particularidades e singularidades.

Na instituição o trabalho da nutrição no CFTV – São Borja/RS se estabelece através da promoção do desenvolvimento da reeducação alimentar dos usuários, bem como, visa pela garantia uma alimentação qualificada, onde satisfaça as necessidades nutricionais dos educandos. Para isso, realizam-se avaliações nutricionais através da verificação do peso e altura de cada educando obtendo-se resultados pela análise do IMC (Índice de Massa Corpórea) individual.

Também ocorrem diálogos com os responsáveis das crianças e adolescentes; esse movimento é realizado quando se percebe a necessidade de mudanças de hábitos por parte dos usuários, essencialmente quando se vê necessárias adequações ao que diz respeito o peso em relação à altura e idade dos educandos. Assim, para que seja feito o controle da alimentação não somente na instituição, mas também no domicílio da família, de acordo com as possibilidades e realidade de cada uma, buscando maior qualidade de vida, com diminuição de índices de baixo peso ou sobrepeso/obesidade.

Percebe-se assim que a nutrição tem papel fundamental no processo de desenvolvimento das crianças e adolescentes inseridas no CFTV – São Borja/RS, pois, muitas dessas encontram-se em fase de crescimento e necessitam de alimentos ricos em nutrientes, bem como um padrão de cuidados necessários para sua saúde física. É possível afirmar que a alimentação se expressa enquanto um dos principais

motivos pelos quais diversas crianças frequentam regularmente escolas, projetos sociais etc., pois, muitas encontram-se em situação de pobreza monetária que não possuem alimentos a âmbito domiciliar suficientes para saciar sua fome. Ou seja, a alimentação nutricional muito tem a contribuir com tais usuários, ora que sujeitos em situação de fome muito pouco podem se desenvolver com plena expansão e saúde.

O trabalho do serviço Pedagógico possui prioridade em articular e dinamizar o trabalho de liderança, planejamento, orientação, assessoramento e acompanhamento da comunidade do Centro de Formação Teresa Verzeri – São Borja/RS, especialmente o educador, inovando práticas pedagógicas sociais à luz da legislação vigente.

Conforme consta no Relatório Anual de Atividades o trabalho desenvolvido pelo Serviço Social visa por orientar as crianças, adolescentes e seus familiares atendidos pelo Centro de Formação Teresa Verzeri, quanto ao funcionamento do trabalho social, oportunizando a inclusão e o exercício da cidadania, bem como contribuir com a captação de recurso visando à sustentabilidade da Instituição. O Serviço Social realiza acompanhamento e orientação social as crianças, adolescentes e suas famílias, visitas domiciliares, mediação com a rede de proteção social, orientação e realização de encaminhamentos quando necessário. Realiza também elaboração de relatórios, planos sociais, projetos, pareceres, estudos sociais, gestão de projetos, gerenciamento do Sistema de Informação Gerencial - SIG, participação em conselhos de direito, entre outras ações.

Destarte, ao dar forma ao seu exercício profissional o/a assistente social deve articular de forma indissociável as dimensões teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política que direcionam a intervenção e, conseqüentemente, o trabalho do profissional. A competência teórico-metodológica corresponde ao vetor teórico utilizado para realizar leituras da realidade, a competência técnico-operativa corresponde ao modo como se utiliza esse conhecimento em uma abordagem individual mediante uma entrevista, ou em uma abordagem coletiva com um grupo e a competência ético-política é o posicionamento político frente as questões que aparecem na realidade social, possuindo clareza de qual é a direção social da prática profissional. Dessa forma, os/as assistentes sociais precisam usar tais conhecimentos de modo articulado, porque isolados eles não contribuem com um trabalho condizente com os princípios éticos da categoria (IAMAMOTO, 2012).

O trabalho da assistente social na instituição desenvolve-se de maneira ampla, seja no campo da execução da PNAS diretamente com os/as educandos/as e seus familiares, seja na gestão social do CFTV, perpassando pela captação de recursos financeiros, questão transversal ao processo de trabalho da instituição.

Diante disso, entre as ações desempenhadas pela profissional da área na instituição, está o assessoramento técnico na elaboração de projetos, os planos sociais, relatórios, documentos, registros e encaminhamentos relativos ao Serviço Social, bem como, buscar alternativas propositivas, instituições parceiras para captar recursos para viabilizar novos projetos sociais na instituição.

Sendo assim, buscou-se ainda apreender: quais são as estratégias desenvolvidas pelo CFTV – São Borja/RS em prol do fortalecimento político e social das famílias? E assim, foi possível observar que são realizados e desenvolvidos encontro mensais com as famílias usuárias dos serviços do Centro de Formação Teresa Verzeri. Tais encontros são desenvolvidos para situar os pais ou responsáveis das crianças e adolescentes sobre as mais diversas temáticas e situações do cotidiano dos usuários, bem como, confraternizações e eventos que a instituição desenvolve em que os pais ou responsáveis participam através de suas colaborações financeiras, mas também com as contribuições na organização de festas e eventos.

Diante do exposto ao finalizar o capítulo e a questão mencionada acima, identificou-se que os processos de fortalecimento político e social poderiam ser mais explorados, de modo especial no que tange ao aspecto político, tendo como exemplo a criação de possíveis espaços de socialização de informações sobre os direitos sociais. Nesse sentido, acredita-se que o fortalecimento dos usuários se faz de suma importância para os mesmos bem como para os profissionais que prestas seus serviços. Em especial, Em especial, no âmbito da competência de profissionais do Serviço Social, que trabalha com desigualdade, mas também resistência, o fortalecimento dos sujeitos configura-se enquanto resistência, pois movimentos como esse, se imbricam e repercutem intensamente na vida de tais usuários.

Assim, vale destacar o necessário desenvolvimento de ações para o fortalecimento político e social dos sujeitos, esses que muito tem a contribuir com os mesmos. Ainda, acredita-se que tais ações estão inteiramente ligadas aos temas em debate no presente estudo, ou seja, a pobreza em suas multidimensões e as políticas de enfrentamento. Abordar tais aspectos é sinonimo de abrangência de questões que relacionam-se aos sujeitos em sociedade, seus níveis de participação e interação

social.

Dessa forma, percebe-se a necessidade de organizar e efetivar ações, projetos, etc que busquem a presença de movimentos e possibilidades de inserção de sujeitos nos mais diversos espaços, tratando de inúmeras temáticas podem ser consideradas extremamente significativas. Conforme aborda o autor Demo (2006), a pobreza diz respeito também a pertencimento, negação ou aceitação de sujeitos em sociedade, ou seja, quando desenvolvem-se ações, reuniões, movimentos, etc, para produzir conhecimentos, trocas de saberes e experiências, desenvolvem-se questões que contribuem para a caminhada de fortalecimento de inserção político e social da população.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao finalizar o presente trabalho, retoma-se os objetivos elencados na fase de planejamento e pretende-se tecer algumas considerações referente aos resultados alcançados na pesquisa que teve como problema: como as famílias usuárias do Centro de Teresa Verzeri – São Borja/RS vivenciam a pobreza? Alinhando-se nessa perspectiva a pesquisa teve como objetivo geral apreender como as famílias usuárias dos serviços do Centro de Formação Teresa Verzeri – São Borja/RS vivenciam a pobreza, tendo em vista contribuir para a ampliação das discussões sobre o fenômeno, assim como para a criação de estratégias que visem o seu enfrentamento. A partir do diálogo teórico com autores e autoras, identifica-se que as particularidades da cidade de São Borja/RS extrapolam o município e alinham-se as tendências mundiais, que expressam a pobreza em suas mais diversas formas e intensidades.

Diante do exposto, denota-se que a aproximação com a temática em estudo permitiu apreender aspectos centrais referentes à pobreza em suas multidimensões, bem como as políticas para seu enfrentamento, com recorte para Política Nacional de Assistência Social – PNAS (2004). Sendo assim, o trabalho buscou apreender os processos históricos e sociais que tangem a respeito da pobreza, reiterando a ausência do Estado enquanto provedor de direitos, com vistas às políticas de enfrentamento, acirrando a desigualdade social. Cabe enfatizar a necessidade de pesquisas e estudos referente a pobreza multidimensional, haja vista que a mesma é objeto histórico de intervenção profissional do Assistente Social.

Nesse sentido, a presente pesquisa foi estruturada em 5 capítulos, sendo estes, introdução, metodologia, referencial teórico, análise dos dados e considerações finais. Assim, de forma breve e sucinta, se discorrerá sobre aspectos centrais que foram tratados ao longo do desenvolvimento do trabalho, em vista de uma melhora apreensão dos dados e reflexões decorrentes.

Deste modo, no âmbito do terceiro capítulo, o qual abrangeu o referencial teórico do estudo, abarcando discussões e considerações acerca da pobreza, seu contexto histórico e como a mesma impacta na vida dos sujeitos inseridos em sociedade, buscou aprofundar algumas categoriais teóricas – Pobreza, Estado e Políticas Sociais Públicas – fundamentais para o estudo mediante realização de um breve levantamento bibliográfico, o qual teve como recorte a produção vinculada a área das ciências sociais e humanas que se embasam epistemologicamente na teoria

social crítica. De modo específico, pretendeu-se contextualizar histórica e conceitualmente aspectos sobre a configuração da pobreza e suas representações sociais, com destaque para a perspectiva multidimensional. Na sequência foram apresentadas algumas reflexões a respeito da atual tendência de desresponsabilização do Estado frente às políticas sociais públicas e, por fim, pretendeu-se dar visibilidade para o denominado modelo protetivo familista e a política pública de assistência social.

Nesse sentido, foi possível apreender que dada a atual conjuntura, as famílias que vivenciam situação de pobreza, essas que assim como todos/as sujeitos inseridos em sociedade fazem parte do modo de produção capitalista, possuem papel importante dentro desse sistema, haja vista que a família, de modo geral, “se conforma como espaço privado por excelência e como espaço privado, deve responder pela proteção social de seus membros” (BOSCHETTI, 2008, p. 133). Sendo assim, percebe-se que no capitalismo, o Estado retira sua responsabilidade e faz com que a família se reconheça como responsável para responder e solucionar suas demandas internas e externas, pessoais ou profissionais. Nesse contexto, faz com que os riscos aumentem aos sujeitos trabalhadores como também faz com que ocorra a desproteção de mulheres e crianças, entre outros.

Em suma, ainda que haja políticas, programas e projetos voltados ao combate à pobreza percebe-se que devem ser pensadas novas propostas e estratégias para seu enfrentamento. Uma forma seria proporcionando um atendimento integral e em rede à tais famílias, ainda, cabe avaliar se tais iniciativas estão alcançando seus objetivos previstos em leis, normas etc. Outro fator importante a mencionar é a articulação com as demais políticas sociais, tendo em vista, a compreensão de pobreza em suas multidimensões, ou seja, afetando não somente na esfera econômica a sociedade que se encontra em condições de pobreza e demais vulnerabilidades, mas também em forma social e cultural, entre outros. Para que assim seja possível o rompimento de programas seletivos, fragmentados e superficiais, que apesar de contribuírem para população, são insuficientes para autonomia e cidadania plena dos sujeitos (YAZBEK,2012).

Já o quarto capítulo teve como objetivo apresentar os dados da presente pesquisa, no intuito de analisá-los e, com isso, formular possíveis estratégias de intervenção profissional. Tais premissas se embasaram no objetivo geral do estudo. Em tais análises foi possível perceber que a configuração familiar predominante se

conforma na ideia de família tradicional ou nuclear burguesa, considerando que a maioria são compostas por casais heterossexuais que possuem um ou dois filhos. Também foi possível evidenciar questões relacionadas ao modo e condições de vidas das famílias, haja vista que observou-se através das fichas de visitas domiciliares realizadas pela profissional do Serviço Social da Instituição que todas possuem água encanada e energia elétrica em suas residências que não são próprias, ou seja, são cedidas ou alugadas.

Ao que tange sobre a situação de pobreza, ao total de 20 famílias, 8 encontram-se em situação de pobreza e 2 em situação de extrema pobreza. Por outro lado, percebe-se que muitas são as dimensões que tangem a respeito do fenômeno da pobreza, perpassando a renda monetária minimamente. Percebeu-se através de tal análise que a renda se faz fator principal em primeiro momento, o que contribui para o desenvolvimento da pobreza, mas ela também diz respeito a ausência de fatores como acesso a direitos, a informação, ao lazer, a cultura, entre tantos outros aspectos.

Cabe ainda, evidenciar de maneira sucinta a presente disparidade acerca dos salários e cargos quando se refere ao homem e mulher, acredita-se assim que apesar de inúmeros avanços estarem desenvolvendo-se a âmbito de direitos femininos, há aspectos conservadores que norteiam a organização da sociedade de modo geral. Percebe-se através de tal análise, que a faixa salarial apresenta-se significativamente mais baixa quando retrata o gênero feminino equiparado ao masculino. Assim, pode-se afirmar que tais aspectos muito demonstram a permanência do ceio conservador, patriarcal e machista que permeia a contemporaneidade, esses são alguns dos desafios enfrentados, principalmente as mulheres à âmbito do trabalho.

Ainda, observou-se a ausência de dados ao que se refere a figura paterna dos usuários dos serviços do CFTV – São Borja/RS. Também buscou-se apreender quais são as estratégias desenvolvidas pelo CFTV – São Borja/RS em prol do fortalecimento político e social das famílias? Nesse sentido, pode-se observar que as ações de fortalecimento se dão através de encontros mensais desenvolvidos com os pais ou responsáveis das crianças e adolescentes, também através de encontros e eventos que os mesmos participam com colaborações financeiras, mas também contribuindo com a participação na organização e desenvolvimento de tais eventos. Pode-se afirmar diante do exposto a necessidade de criação específicas de estratégias para o fortalecimento político e social de tais famílias, pois assim, além de contribuir com a

Instituição, esse trabalho irá contribuir com a vida dos sujeitos, sua participação em sociedade e desenvolvimento que contribuem para sua emancipação social.

Por fim, diante da realização do Trabalho de Conclusão de Curso, pode-se afirmar que sua construção se tornou muito importante para a formação da acadêmica, pois se constituiu em momentos de aprofundamento de conhecimento sobre o tema em questão. Ampliando possibilidades de visões mais amplas sobre a temática da pobreza em suas multidimensionalidades e as necessárias implementações acerca das políticas para seu enfrentamento, evidenciando o quão complexo e necessário é trabalhar com um tema de cunho relevante para profissão.

Nesse sentido, pode-se afirmar que muitos foram os desafios encontrados ao longo da trajetória para construção do presente trabalho, pois, o conhecimento nunca se limita e está sempre em construção. Ainda assim, buscou-se contribuir a necessária busca, discussão e reflexão acerca da pobreza em suas multidimensões. Pois acredita-se que ela se faz enquanto uma das expressões da questão social tão presente no exercício profissional do Assistente Social e assim, torna-se impossível pensar uma atuação profissional indissociável de uma formação qualificada e com bagagens teóricas que proporcionarão subsídios necessários para uma intervenção crítica e propositiva.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCAR, M. M. T. de. Transformações econômicas e sociais no Brasil dos anos 1990 e seu impacto na família. In: Sales, M. A.; Matos, M. C; Leal, M. C. (orgs). **Política Social, família e juventude**: uma questão de direitos. São Paulo: Cortez, 2006.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs) **Pós Neoliberalismo**: As Políticas Sociais e o Estado Democrático. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1996.

AZEVEDO, D. C.; BURLANDY, L. Política de combate à pobreza no Brasil, concepções e estratégias. Rev. Katál. Florianópolis v. 13, n. 2, pp. 201-209, jul./dez., 2010.

BARROCO, Maria Lucia Silva. **Considerações sobre a ética na pesquisa a partir do Código de Ética Profissional do Assistente Social**. 2005, disponível em: <<http://www.cpihts.com/PDF02/Lucia%20Barroco.pdf>> Acesso em:

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 4. ed. Lisboa: Edições 70, 1977.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social**: fundamentos e história, 6º ed., v2. São Paulo: Cortez, 2009.

BRASIL. Constituição do Brasil. 1988. Documento compilado. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm)>. Acesso em 26 out. 2019.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. SECRETARIA ESPECIAL DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. **Benefício de Prestação Continuada (BPC)**. Brasília: MDS, 2019. Disponível em:<<http://mds.gov.br/aceso-a-informacao/mds-para-voce/carta-de-servicos/usuario/assistencia-social/bpc>> Acesso em: 14 set. de 2019

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. SECRETARIA ESPECIAL DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. **Programa Bolsa Família**. Brasília: MDS, 2019. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia>>. Acesso em: 14 set. de 2019

BRASIL. Política Nacional de Assistência Social – PNAS 2004. Disponível em: <[http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Normativas/PNAS2004.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf)>. Acesso em: 24 out. 2019

BRAVO, Maria Inês Souza; PEREIRA, Potyara A. P (orgs.). Política Social e Democracia. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social**: fundamentos e história. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

CARDOSO, Maria de Fátima Matos Cardoso. **Reflexões sobre instrumentais em Serviço Social**: observação sensível, entrevista, relatório, visitas e teorias de base no processo de intervenção social. São Paulo: LCTE, 2008.

COSTA, Lúcia Cortes da. **Questão Social e Políticas Sociais em Debate**. Pelotas: Sociedade em debate. 2006. p. 61-76. Jul/dez. 2006; Disponível em: <<http://www.rle.ucpel.tche.br/index.php/rsd/article/view/426/380>> Acesso em:

COUTO, Berenice Rojas. **O Direito Social e a Assistência Social na Sociedade Brasileira**: uma equação possível? São Paulo: Cortez, 2008.

CURRALERO, Cláudia Regina Baddini. O enfrentamento da pobreza como desafio para as políticas sociais no Brasil: uma análise a partir do Programa Bolsa Família. 2012. 257. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, SP. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/285917>> Aceso em: 09 out. 2019.

DEMO, Pedro. **Pobreza política**: a pobreza mais intensa da pobreza brasileira/ Pedro Demo. – Campinas, SP: Armazém do Ipê (Autores Associados), 2006.

FALEIROS, Vicente de Paula. **A política social do Estado capitalista**. São Paulo: Cortez, 2000a.

FORTI, Valéria e GUERRA, Yolanda. Na prática a teoria é outra? IN: Forti e Guerra (org.) Serviço Social: Temas, Textos e Contextos. Coletânea Nova de Serviço Social. Rio de Janeiro: Lumen Júris Editora, 2009.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (organizadoras). **Métodos de Pesquisa**. 1ª Ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GRANEMANN, Sara. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS / ABEPSS, 2009. 760p. (Publicação: Conselho Federal de Serviço Social – CFESS, Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS. v. 1). P. 223-238.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social** / Antonio Carlos Gil. – 6 ed. – São Paulo: Atlas, 2007.

IAMAMOTO, M. V. **A questão social no capitalismo**. Revista Temporalis – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Ano 2. Nº 3 (jan/jul./2001). Brasília: ABEPSS, Grafile, 2001.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 22ª ed. São Paulo: Cortez, 2012.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

KONDER, Leandro. **O que é dialética?**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

KOSIL, Karel. **Dialética do concreto**; tradução de Célia Neves e Alderico Toríbio. 2. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

MARX, Karl. **O capital**: crítica de economia política. Livro I: O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa Social**: Teoria, método e criatividade. 28. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MIOTO, Regina Célia Tamaso. Família e políticas sociais. In: BOSCHETTI, Ivanete et.al (Orgs.). Política social no capitalismo: tendências contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2008.

MIOTO, Regina Célia Tamaso. “Que família é essa” In: WANDERLEY, M. B; OLIVEIRA, I. C. (orgs.). Trabalho com famílias: textos de apoio, v.2, São Paulo: IEE-PUC-SP, 2004.

MONTAÑO, Carlos. Terceiro Setor e Questão Social: crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez, 2010.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política**: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2006.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao método da teoria social**. In: CFESS/ABEPSS. Serviço social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

**PIB per capita do município de São Borja/RS**. Site institucional do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: < <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/por-cidade-estado-estatisticas.html?t=destaques&c=4318002> >. Acesso em: 20 de out. de 2019.

PESSOA, Fernando Antonio Nogueira. *Poemas completos de Alberto Caetano*. Coleção a obra prima de cada autor. São Paulo: Martin Claret, 2006.

POCHMANN, Márcio. Modernizar sem excluir. In: Emprego, Trabalho e políticas públicas/ Macambira Júnior e Liana Maria da Frota Carleial/ Organizadores. Fortaleza: Instituto de Desenvolvimento do Trabalho, Banco do Nordeste do Brasil, 2009.

PONTES, Reinaldo Nobre. **Mediação e Serviço Social**: um estudo preliminar sobre a categoria teórica e sua apropriação pelo Serviço Social. 1. Ed. – São Paulo: Cortez, 2018.

SALGADO, Flavia Franco. **O TRABALHO INTERDISCIPLINAR NA ASSISTÊNCIA SOCIAL: ANÁLISE DA EXPERIÊNCIA EM UM CRAS DE NITERÓI – RJ**. Seminário Nacional de Serviço Social, trabalho e política social. 27 a 29 de outubro de 2015. Florianópolis SC. Disponível em: <[http://seminarioservicosocial2017.ufsc.br/files/2017/05/Eixo\\_3\\_037.pdf](http://seminarioservicosocial2017.ufsc.br/files/2017/05/Eixo_3_037.pdf)> Acesso em: 31 mar. de 2019.

SANTOS, Josiane Soares. Particularidades da “questão social” no Brasil: mediações para seu debate na “era” Lula da Silva. *In: Serviço Social & Sociedade*. São Paulo, n. 111, p. 430-449, jul./set. 2012. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n111/a03.pdf> > Acesso em 28 out. 2019.

SILVA, José Fernando da. **Serviço Social: resistência e emancipação?** São Paulo: Cortez, 2013.

SILVA, José Fernando Siqueira da. Pesquisa e produção do conhecimento em Serviço Social. *Textos & Contextos*, Porto Alegre, v. 6, n. 2, dez. 2009. Disponível em: < <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/2319>> Acesso em: 26 out. de 2019.

SPOSATI, Aldaíza de Oliveira. **Assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras: uma questão em análise**. 8.ed. São Paulo: Cortez, 2003.

TAVARES, Maria Augusta. **Os fios (in)visíveis da produção capitalista: Informalidade e precarização do trabalho**. São Paulo: Cortez, 2004.

TEIXEIRA, Solange Maria. **Família na política de assistência social: avanços e retrocessos com a matricialidade sociofamiliar**. In: *Política Públicas*, São Luiz, n. 2, v. 13, p. 255-264, semestral, jul./dez. 2009. Acesso em: 01 de jun. de 2019. Disponível em:

<http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/4769>

TURCK, Maria da Graça Maurer Gomes. **Serviço Social: Caderno de Exemplos – documentação para circular em espaços públicos**. 2ª ed. Porto Alegre: Graturck, 2012.

\_\_\_\_\_. **Política Social contemporânea: a família como referência para as políticas sociais e para o trabalho social**. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, XIII, Juiz de Fora, Anais do ENPESS, 2014.

YAZBEK, Maria C. **Estado, Políticas Sociais e Implementação do SUAS**. In: *Suas: Configurando os eixos de mudança*. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome. Instituto de estudos especiais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 1ª Ed. Brasília. 2008.

\_\_\_\_\_. **Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento**. *Serv. Soc. Soc.* 2012, n.110, pp.288-322. abr./jun. 2012

PONTES, Reinaldo Nobre. **Mediação e Serviço Social: um estudo preliminar sobre a categoria teórica e sua apropriação pelo Serviço Social**. 1. Ed. – São Paulo: Cortez, 2018.

PORTO, Maria Célia da Silva. **ESTADO E NEOLIBERALISMO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO: implicações para as políticas sociais**. IV Jornada Internacional de Políticas Públicas. MA: São Luiz, ago 2009. Disponível em: < [http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIV/OLD/eixos\\_OLD/1.%20Mundializa%C3%A7%C3%A3o,%20Estado%20Nacionais%20e%20Pol%C3%ADticas/ESTADO%20](http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIV/OLD/eixos_OLD/1.%20Mundializa%C3%A7%C3%A3o,%20Estado%20Nacionais%20e%20Pol%C3%ADticas/ESTADO%20)

E%20NEOLIBERALISMO%20NO%20BRASIL%20CONTEMPOR%C3%82NEO%20i  
mplica%C3%A7%C3%B5es%20.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2019.

ROCHA, Sonia. **Pobreza no Brasil**: afinal, do que se trata? / Sonia Rocha. – 3. Ed.  
– Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. 244p.

SOARES, Laura Tavares. Os Custos Sociais do Ajuste Neoliberal. São Paulo: Cortez  
Editora, 2000.

TEIXEIRA, Solange Maria. Família na política de assistência social: avanços e  
retrocessos com a matricialidade sociofamiliar. In: Política Públicas, São Luiz, n. 2, v.  
13, p. 255-264, semestral, jul./dez. 2009.

TEIXEIRA, Solange Maria. Política Social contemporânea: a família como referência  
para as políticas sociais e para o trabalho social. In: ENCONTRO NACIONAL DE  
PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, XIII, Juiz de Fora, Anais do ENPESS,  
2014.

## APÊNDICES

### APÊNDICE 1 - QUADRO SÍNTESE DE ANÁLISE DOS DADOS DO “RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES DO CENTRO DE FORMAÇÃO TERESA VERZERI - 2018”.

Relatório anual de atividades do Centro de Formação Teresa Verzeri – São Borja/RS	
Quais são os serviços prestados na Instituição?	
Quais os profissionais que compõem a equipe?	
Quais são os serviços ofertados por cada membro da equipe?	
Quais são as estratégias desenvolvidas pelo CFTV – São Borja/RS em prol do fortalecimento político e social das famílias?	

**APÊNDICE 2 - QUADRO SÍNTESE DAS FICHAS DE VISITAS DOMICILIARES REALIZADOS PELA PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL DA INSTITUIÇÃO CENTRO DE FORMAÇÃO TERESA VERZERI – 2019/1.**

<b>COLETA DE DADOS - FICHAS VISITAS DOMICILIARES REALIZADAS PELA ASSISTENTE SOCIAL EM 2019/1</b>			
	<b>FAMÍLIA 1</b>	<b>FAMÍLIA 2</b>	<b>FAMÍLIA 3</b>
Quais os direitos/políticas sociais acessados/as pelas famílias usuárias dos serviços do Centro de Formação Teresa Verzeri?			
Os membros da família possuem algo tipo de benefício/programas sociais? se sim, quais?			
Qual a profissão/ocupação dos membros da família?			
Qual é a renda dos membros da família?			
Qual o sexo/idade dos membros da família?			
Qual nível de parentesco dos responsáveis da criança e/ou adolescente?			
A qual bairro as famílias usuárias do Centro de Formação Teresa Verzeri pertencem?			

A moradia das famílias é alugada, cedida, própria? Outro? Se alugada, qual valor do aluguel?			
O tipo de construção da casa é de alvenaria, madeira? Outro?			
Por quantas peças a casa das famílias é composta?			
A infraestrutura da casa em que as famílias moram possui água encanada? Energia elétrica?			
Resumo/encaminhamentos realizados pela Assistente Social a partir da visita domiciliar:			